

OS ESTUDANTES E MESTRES PORTUGUESES
NAS ESCOLAS DE PARIS DURANTE
O PERÍODO MEDIEVO (SÉCS. XII-XV):
ELEMENTOS DE HISTÓRIA CULTURAL,
ECLESIAÍSTICA E ECONÓMICA PARA O SEU ESTUDO

MÁRIO SÉRGIO FARELO *

Estudar e viajar faziam parte de uma mesma realidade na Idade Média. Este binómio tornava-se operativo pelo facto de nessa época e no espaço da Cristandade ocidental, o acto do ensino universitário poder ser considerado como uno. Uma unicidade dependendo em primeiro lugar de uma cultura erudita e de uma língua de ensino, que eram idênticas em todas as universidades medievais. O latim reinava, tanto nas salas de aula, como nas obras eruditas. Estas últimas podiam ser lidas e compreendidas por todos os estudantes, independentemente do seu lugar de origem, e constituíam poderosos agentes culturais pela circulação de que eram objecto aquando do retorno desses mesmos estudantes aos seus pontos de partida¹. As ideias veiculadas nesses manuscritos adquiriam assim uma perspectiva global, em virtude de serem assimiladas a partir de um ensino baseado em métodos de trabalho, em *auctoritates* e em *cursus* que eram basicamente semelhantes em todos os lados, situando-se as diferenças ao

* Mestrando em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹ Aires A. NASCIMENTO, «Concentração, dispersão e dependências na circulação de manuscritos em Portugal, nos séculos XII e XIII» in *Coloquio sobre circulation de codices y escritos entre Europa y la Peninsula en los siglos VIII-XIII. Actas. 16-19 septiembre 1982*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1988, p. 61-85. Os avanços feitos nessa matéria desde esse colóquio permitiram ao autor apresentar uma refundição e ampliação deste estudo *ib.*, «A Igreja na história da cultura: percursos do livro em Portugal na Idade Média», *Igreja e Missão*, 184 (2000), p. 139-201.

nível da importância que cada uma das universidades atribuía a uma ou outra das disciplinas que formavam então o quadro do saber: a teologia, os direitos civil e canónico, a medicina e as artes.

Para o estudante que se podia permitir uma viagem de estudo ao estrangeiro, esta homogeneidade permitia-lhe escolher livremente as disciplinas e os mestres que queria frequentar, não se vinculando nem a uma escola, nem a um *cursus* preciso ². Ao contrário do monge, o escolar não tinha residência estável (*stabilitas loci*). Tal como ainda hoje, em que o adágio perpetua que as viagens formam a juventude, este fenómeno era uma necessidade, sentida desde cedo e cabalmente sintetizada por uma fórmula atribuída a Bernardo de Chartres, nas primeiras décadas do século XII, sobre as premissas de uma boa formação, que ele comparava às famosas «Chaves do Conhecimento» ³: «*Mens humilis, studium quae-rendi, vita quieta, scrutinium tacitum, paupertas, terra aliena, haec reser-rare solent multis obscura legendi*» ⁴. Esta peregrinação académica ou intelectual de tipo internacional, certamente a menos importante em quan-titativo, mas a mais espectacular e a mais pitoresca, definia-se nessa época pela demanda do mestre mais reputado, da melhor formação possí-vel, levando o estudante a viajar e a exilar-se para as escolas de Reims, Laon, Paris, Chartres ou para os centros mais especializados como o de Salerno, para a medicina, ou o de Toledo, para a transmissão dos conheci-mentos científicos árabes. O advento das universidades a partir do século XIII e o seu desenvolvimento nos séculos subsequentes não vieram derro-gar esse contexto. Nos seus alvares, em paralelo com o desenvolvimento

² As obras autobiográficas de mestres como Abelardo ou João de Salisbúria teste-munham essa escolaridade de grande mobilidade. Pierre ABÉLARD, *Historia calamita-tum*, édition critique et introduction de Jacques MONFRIN, quatrième édition, Paris, J. Vrin, 1978, p. 64-68 e Ioannis SARESBERIENSIS, *Ioannis Saresberiensis episcopi Carnotensis Policratici siue ne nvgis curialium et vestigiis pholosophorum libri VIII. Recognovit et prolegomenis, apparatu critico, commentario, indicibus instruxit* Clemens C. I. WEBB, tomus II, Oxonii, E Typographeo Clarendoniano, 1909, liv. II, cap. X, p. 77-83.

³ Luc., XI, 52.

⁴ Esta fórmula é-lhe atribuída por João de Salisbúria em 1159 no seu *Policraticus*, sendo igualmente empregue por Ricardo de São Victor e Pedro Comestor, sem esquecer a alegoria feita por Pedro o Chantre da viagem bíblica de Rute. Ioannis SARESBERIEN-SIS, *Ioannis Saresberiensis episcopi...*, liv. VII, cap. XIII, p. 15. Cf. Philippe DELHAYE, «L'organisation scolaire au XII^e siècle», *Traditio*, V (1947), p. 240 e John W. BALDWIN, *Masters, Princes and Merchants. The Social Views of Peter the Chanter & His Circle*, Princeton, Princeton University Press, 1970, vol. I, p. 88-89, 139; vol. II, p. 96-97, nota 165.

da cidade de que a universidade constitui um pólo dinamizador de gentes, ideias e oportunidades, o número restrito desses centros de estudos forçava muitos estudantes de toda a Cristandade a deslocar-se para aqueles mais prestigiados de Paris e Bolonha, aos quais se juntaram mais tarde os de Oxford, Salamanca, Toulouse ou Montpellier. A multiplicação das universidades no período subsequente, durante os séculos XIV e XV, veio oferecer a possibilidade a um maior número de estudantes de adquirir uma formação superior, sem ter que recorrer a uma longa estada no estrangeiro. Todavia, essas instituições ofereciam um ensino menos prestigiado do que o das suas congéneres mais antigas, constituindo um factor de retenção estudantil parcial.

Os estudantes portugueses sentiram também a necessidade de um êxodo *in terram alienam* no período medieval ⁵. Contudo, oriundos dos confins periféricos da Cristandade ocidental, desejosos de aperfeiçoar os seus conhecimentos, não dispunham tão facilmente da opção – salvo se eles próprios ou as suas famílias possuíssem os meios financeiros necessários para o fazer – de trocar uma estada numa escola paroquial ou catedral portuguesa, por outra, em escolas mais prestigiosas, mas mais longínquas. Para esse desejo contribuía muito provavelmente o facto do ensino ministrado no reino português nas escolas monásticas, catedrais, canonicais, e mais tarde na universidade portuguesa não poder comparar-se, pelo menos em termos de prestígio, ao oferecido ao longo da Idade Média nas escolas da França, de Itália, ou mesmo nas de Espanha ⁶. É de

⁵ A relação entre Portugal e as escolas dos outros países da Cristandade Ocidental remontam ao século XII, devida à influência, velha de um século, de Cluny et da Igreja, enquanto motor dos fluxos de pessoas e de ideias. Aquela impregnava a cultura peninsular com a sua litúrgia, a sua organização eclesiástica, a sua escrita, a sua música ou a sua arquitectura. A sua importância em Portugal foi posta em evidência por José MATTOSO, «Monges e clérigos portadores da cultura francesa em Portugal (Séculos XI e XII)» in *Rapports culturels et littéraires entre le Portugal et la France. Actes du colloque, Paris, 11-16 octobre 1982*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 41-58 e reimpresso em *Portugal Medieval. Novas interpretações*, Lisboa, INCM, 1985, p. 365-387. Existia igualmente uma influência inglesa nessa mesma época expressa nomeadamente pelo culto de S. Tomás Becket em Lorvão. Anne J. DUGGAN, «Aspects of Anglo-Portuguese Relations in the Twelfth Century. Manuscripts, Relics, Decretals and the Cult of St. Thomas Becket at Lorvão, Alcobaca and Tomar», *Portuguese Studies*, 14 (1998), p. 1-19.

⁶ Para o desenvolvimento no detalhe desta questão, veja-se a excelente síntese de António Resende de OLIVEIRA, «As Instituições de ensino» in Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, dirs. *Nova História de Portugal*, tomo III: *Portugal em definição de fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Coordenação de Maria

salientar, igualmente, que as escolas monásticas portuguesas estavam nos séculos XI e XII sob a influência de um monaquismo beneditino, que centrava a sua instrução nas necessidades litúrgicas e do canto, subjugadas pelo princípio segundo o qual ao monge não competia ensinar, mas sim orar (*Monachus non docetis sed dolentis habet officium*)⁷. Por outro lado, é verdade que o reino pôde beneficiar do desenvolvimento das escolas catedrais ou de uma ou outra colegial no século XIII, enraizado numa abertura na direcção do mundo secular, mas também na preocupação episcopal de assegurar uma melhor formação dos seus cónegos. No entanto, foram instituições que dificilmente conheceram um desenvolvimento dos estudos e uma organização administrativa comparável às de Nossa Senhora de Paris, de Chartres ou de Reims⁸. A nova realidade de uma actividade escolar em meio urbano, tributária do advento da cidade enquanto terreiro do nóvel intelectual, retomando a expressão de Jacques Le Goff⁹, condensou-se igualmente noutras fundações, não ainda orientadas para a herança beneditina, mas já para a imitação de Cristo e dos primeiros cristãos, para a predicação, num movimento anunciador dos mendicante, um século mais tarde. Estes Cónegos regulares ou regrantos organizaram então escolas claustrais de que são exemplos aquelas nos mosteiros de Santa Cruz de Coimbra ou de S. Vicente de Fora, capazes de dispensar uma solida formação teológica aos seus membros. Contudo, tal como para as escolas catedrais, os mestres recrutados para o ensino eram muitas vezes antigos estudantes no estrangeiro, e nessa perspectiva, elas permaneciam em parte dependentes desse fenómeno da *peregrinatio academica* internacional. De igual forma, este contexto do êxodo *in terram alienam* será adjuvado sobretudo pelas debilidades conjunturais do *studium generale* português fundado em 1288-1290 e das suas várias transferências,

Helena da Cruz COELHO e de Armando Luís de Carvalho HOMEM, Lisboa, Editorial Presença, 1996, p. 635-659.

⁷ J. P. MIGNE, *Patrologiae Latinae...*, vol. CLXII, Ivo de Chartres, carta XXXVI, col. 48. Esta indiferença, quase hostilidade, dos monges para com o estudo só teria decrescido no reino de Portugal com a viragem pugnada no século XIII pelos Cistercienses, como se verifica, entre outros, pela fundação de uma escola no mosteiro de Alcobaça em 1269.

⁸ Francisco da Gama CAEIRO, «A organização do ensino em Portugal no período anterior à fundação da Universidade», *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, vol. II, 3 (1968), p. 10, nota 10.

⁹ Jacques Le GOFF, *Les intellectuels au Moyen Âge*, deuxième édition, Paris, Seuil, 1985, p. 9-19.

que, juntando às dificuldades de financiamento, de organização e de recursos humanos, provocam o exílio de um bom número de estudantes portugueses. Todos estes aspectos faziam com que os escolares portugueses não estivessem unicamente dependentes da instrução oferecida pelas escolas no interior do reino. As instituições mais evoluídas e detentoras de um maior prestígio como as *scholae* da França do norte do século XII, e particularmente, os *studia generalia* a partir do século seguinte, atraíam aqueles que não conseguiam contentar-se com uma formação «nacional».

A Universidade de Paris foi durante o período medieval uma das mais importantes da Cristandade, seja pelo seu desempenho enquanto guardiã da ortodoxia cristã, enquanto lugar de confluências e de divergências doutrinárias, sociais e políticas ou ainda pela excelência dos estudos aí efectuados em lógica ou em teologia, que eram procurados por escolares de todas as partes da Cristandade. Nesse sentido, foi esse um dos prestigiados centros que recebeu, no decorrer da Idade Média, estudantes portugueses, vindos do «Fim do Mundo»¹⁰. É um fluxo de que se conhece pouco, eminentemente pela falta de estudos específicos sobre o tema¹¹, mas também

¹⁰ Era essa a perspectiva mental relativa ao posicionamento geográfico da Hispania, num quadro com raízes no período clássico. Veja-se sobre essa questão Aires A. NASCIMENTO, «A celebração da Hispania: da distância ao sonho e do interesse ao afecto», *Actas do Colóquio Internacional sobre o Ensino do Latim (12-13 de Dezembro de 1996)* publicado em *Clássica*, 22 (1997), p. 5-19 e Peter LINEHAN, *The Spanish Church and the Papacy in the Thirteenth Century*, Cambridge, CUP, 1971, p. 13, 183. Igualmente, por entre outros exemplos, Urbano IV declara em documento de 23 de Julho de 1263 que Lisboa encontrava-se «in remotis mundi finibus». *Les Registres d'Urbain IV (1261-1264)*, volume II: *Registre ordinaire*, tomo I, edição de Jean GUIRAUD, Paris, A. Fontemoing, 1892-1958, p. 145, doc. 305.

¹¹ Antes da publicação do cartulário da Universidade de Paris, o estudo dos estudantes estrangeiros da Universidade foi tentado por Alexander BUDINSZKY, *Die Universität und die Fremden na derselben im Mittelalter. Ein Beitrag zur Geschichte dieser hohen Schule*, Berlin, Hertz, 1879, em reimpressão Aalen, Scientia Verlag, 1970 (com uma recolha de estudantes portugueses bastante reduzida). Sobre os universitários Ibéricos no período medieval existe o estudo solitário de Julien HAVET, *Maitre Fernand de Cordoue et l'Université de Paris au XV^e siècle*, Paris, Société de l'histoire de Paris et de l'Île-de-France, 1883. Especificamente para Portugal, dispúnhamos unicamente da monografia que Luís de Matos consagrou em 1950 à presença académica portuguesa na Universidade de Paris para a primeira metade do século XVI que contém preciosas menções para a época medieval numa erudita nota infrapaginal relevando mais de uma casuística, importante, mas desprovida de visão de conjunto e de linhas directrizes. Luís de MATOS, *Les Portugais à l'Université de Paris entre 1500 et 1550*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1950, p. 2, nota 1. Deve-se anotar, em abono de verdade, que o autor não

pelo facto de tocar uma elite minoritária dificilmente perceptível pelo historiador, estando este até aqui voltado para a *peregrinatio academica* mais importante de universitários portugueses na direcção das universidades do Sul, especializadas e reconhecidas no ensino do direito¹². Um estudo igualmente dificultado por frequentes menções da permanência de Portugueses na Universidade parisiense emergentes nos discursos de historiadores modernos e contemporâneos que, tendo por objectivo principal o de justificar a preeminência intelectual, política ou eclesiástica de um personagem, constituem indicações que, *per se*, dizem respeito antes de mais à sua trajectória particular. A partir desta conjuntura deficitária em termos documentais e historiográficos, procurou-se caracterizar este fluxo, o qual ancorado em estudos de Luís de Matos, Joaquim Veríssimo Serrão e Peter E. Russel, apresentou-se de carácter irregular e quantitativamente pouco significativo para o período anterior ao século XVI¹³. Esta tese baseou-se no tema da preferência marcada dos universitários lusitanos

pretendeu aí elaborar mais do que uma espécie de inventário, sem nenhuma pretensão de análise e exaustividade, fruto de pesquisas efectuadas em Paris destinada à sua tese de doutoramento sobre a Expansão na Literatura do Renascimento. Contudo, não deixa de ser uma obra de referência para um tema que deveria já ter merecido o seu historiador e um estudo em profundidade que não negligenciasse a aplicação do método prosopográfico e as importantes relações socio-económicas que esses escolares mantinham com Portugal, com a área de Bruges e sua feitoria, bem como com a comunidade portuguesa aí existente. Adjuvando tal desígnio, lembramos a contribuição posterior de José F. da Silva TERRA, «Nouveaux documents sur les Portugais à l'Université de Paris (XVI^e siècle)», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. V (1972), p. 190-260. Note-se igualmente que, em 1971, o Prof. Joaquim Veríssimo Serrão planeava uma segunda edição revista e aumentada dessa obra que parece nunca ter saído a público. Cf. Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Les Portugais à l'Université de Montpellier (XII^e-XVII^e siècles)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, p. 7.

¹² Os Espanhóis e os Portugueses na Universidade de Paris tinha sido, ainda em 1969, um dos temas propostos para o 94^o Congresso Nacional das Sociedades Eruditas, um tema que afinal não foi retido como objecto de estudo por nenhum dos participantes. *Bulletin philologique et historique (jusqu'à 1610) du Comité des travaux historiques et scientifiques, année 1969. Actes du 94^e Congrès national des Sociétés savantes tenu à Pau (1969)*, vol. I : *Les relations franco-espagnoles jusqu'au XVII^e siècle*, Paris, Bibliothèque Nationale, 1972, p. LIV.

¹³ Seria somente no princípio do século que essa peregrinação atingiu um valor importante, pela contribuição de uma política de bolsas institucionalizadas e promovidas por D. João III. Na realidade, esta situação bastante perceptível em Paris, encontra-se noutras universidades europeias, como a de Lovaina. Veja-se as recentes pesquisas sobre os estudantes ibéricos nessa instituição entre 1400 e 1600 por Thomas Cole sob a direcção de Hilde de Ridder-Symoens.

pelos *studia generalia* mais próximos da península Ibérica (Lisboa-Coimbra e Salamanca) e da França Meridional (Toulouse, Montpellier e Avinhão), da importância dos entraves económicos e logísticos de uma longa estada no estrangeiro, bem como da importância de graves conflitos político-religiosos (o Papado em Avinhão, o Grande Cisma, a Guerra dos Cem Anos) que tiveram como consequência o afectar do recrutamento internacional da *Alma mater parisiensis* ¹⁴.

O presente trabalho pretende dar a conhecer de maneira sucinta as conclusões mais significativas extraídas de uma tese de mestrado que tivemos a oportunidade de realizar sobre o tema dos Portugueses na Universidade de Paris na Idade Média ¹⁵. Os aspectos nela abordados tocam, no seu essencial, a seguinte tríade: a evolução cronológica do fenómeno do século XII ao XV, uma análise social do grupo para melhor identificar o estatuto do universitário português em Paris, bem como o descortinar de algumas causas mais específicas desse movimento, destacando-se para o efeito a importância e o impacto do factor económico e comercial. Contudo, há que ter em atenção que estes resultados só serão relevantes (e por isso mesmo, inscritos numa perspectiva de verdade ou verosimilhança histórica), mediante a tomada de consciência de que foram directamente influenciados pelos diversos problemas inerentes ao estado/qualidade da documentação existente e ao método prosopográfico escolhido para este estudo.

O método e alguns dos seus problemas

Para o estudo social do grupo de Portugueses que ouviram e/ou leram na Universidade de Paris foi escolhido o método prosopográfico, pelo facto de ele fornecer as maiores garantias para aprofundar o conhecimento

¹⁴ L. MATOS, *Les Portugais...*, p. 2 ; Joaquim Veríssimo SERRÃO, «Étudiants portugais dans les universités du Midi de la France à la fin du XIV^e siècle», *Bulletin Philologique et Historique (Jusqu'en 1715) du Comité des travaux historiques et scientifiques. Années 1953-1954*, Paris, Imprimerie Nationale-Presses Universitaires de France, 1955, p. 266-267 e Peter E. RUSSELL, «Medieval Portuguese Students at Oxford University», *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte*, Münster, Westfalen, 1960, p. 183-191.

¹⁵ Mário Sérgio FARELO, *La peregrinatio academica portugaise vers l'Alma mater parisienne, XII^e-XV^e siècles*, Dissertação de Mestrado em História, Université de Montréal, 1999, 233 páginas. Trabalho realizado sob a orientação do Prof. Serge Lusignan.

dos mecanismos da mobilidade social de uma comunidade universitária pela via dos estudos académicos ¹⁶. Este método caracteriza-se pela recolha exaustiva de informações sobre os elementos que fizeram parte duma instituição ou de um grupo, a partir de uma grelha formada por parâmetros comuns ou susceptíveis de abranger todos ou a maior parte dos elementos da população em estudo (dados pessoais, origens sociais e geográficas, actividades profissionais, inserção social, educação, vida material e espiritual, entre outras) para que – na medida em que as fontes o permitam – se possa formar uma imagem global, de natureza sociológica, dessa mesma população ¹⁷.

A sua aplicação passou pela elaboração de um ficheiro prosopográfico onde foram inseridos os dados recolhidos daqueles indivíduos que responderam obrigatoriamente a dois critérios de base: o nascimento no espaço delimitado hoje por Portugal Continental e uma estada na Universidade de Paris ¹⁸. Se a primeira destas premissas foi de mais fácil resolução, atendendo à existência de uma quase identidade entre o actual território geográfico português e o dos séculos XIV e XV ¹⁹, a segunda

¹⁶ Hilde de RIDDER-SYMOENS, «Possibilités de carrière et de mobilité sociale des intellectuels-universitaires au Moyen Age» in *Medieval Lives and the Historian. Studies in Medieval Prosopography*, edição de Neithard BULST e Jean-Philippe GENET, Kalamazoo, Mediaeval Institute Publications, 1986, p. 344.

¹⁷ Sobre os vários aspectos deste método, vejam-se os clássicos Lawrence STONE, «Prosopography» in *Historical Studies Today*, edição de Felix GILBERT e Stephen GRAUBARD, New York, W. W. Norton & Company, 1972, p. 107-140 e Neithard BULST, «Objet et méthode de la prosopographie», in *L'État moderne et les élites XIII^e-XVIII^e siècles: apports et limites de la méthode prosopographique. Actes du colloque international CNRS-Paris I, 16-19 octobre 1991*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1996, p. 467-482.

¹⁸ Sobre a questão de constituição do ficheiro prosopográfico e da sua utilização, a bibliografia é profícua, fazendo parte em princípio de cada estudo que o utiliza. Destaque-se no entanto pela forma de abordagem e as pistas fornecidas o estudo de Hélène MILLET, «Circonscrire et dénombrer, pour quoi faire?» in *L'État moderne et les élites, XIII^e-XVIII^e siècles: apports et limites de la méthode prosopographique. Actes du colloque international CNRS-Paris I, 16-19 octobre, 1991*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1996, p. 265-275.

¹⁹ As fronteiras portuguesas, fixadas a Sul no reinado de D. Afonso III, foram delimitadas a Este (com Leão e Castela) por D. Dinis pelo tratado de Alcañices. António H. de Oliveira MARQUES, «Um tempo entre cristãos e muçulmanos» in *Portugal em definição de fronteiras. Do Condado portucalense à crise do século XIV*, p. 62-63. Tendo por base esses critérios, foram postos de lado alguns estudantes e mestres de que é duvidosa – ou impossível de determinação – a sua origem portuguesa. Foram os casos precisos de

nem sempre foi passível de certa verificação, pelo facto de que a documentação poder aferir uma estada em França, sem que se especifique que a mesma tenha sido motivada pelo estudo.

Paralelamente, para garantir a validade da pesquisa, tornou-se imperativo estender o rigor aplicado na delimitação do ficheiro prosopográfico à problemática das fontes. Não insistindo nas insuficiências documentais que constituem um factor determinante num estudo abrangendo este quadrante ²⁰ ou no emprego do epíteto *hispanus*, enquanto indicação da origem geográfica, como elemento onomástico ²¹, é de salientar que os documentos

Álvaro Pais e de Gonçalo Hispano. Antigos mestres franciscanos em Paris e grandes personalidades de Trezentos. O primeiro foi o célebre polémico e moralizador, autor do *De Statu et Planctu Ecclesiae*, enquanto o segundo foi o décimo quinto mestre-geral da Ordem franciscana. Os seus lugares de nascimento são duramente disputados pelos historiadores portugueses e espanhóis. Embora não haja ainda uma unanimidade marcada relativamente a esta questão, duas sólidas monografias vieram provar – de maneira bastante convincente na nossa opinião – a origem galega de ambos. António Domingues de Sousa COSTA, *Estudos sobre Álvaro Pais*, Lisboa, Instituto da Alta Cultura, 1966, p. 71-78 e Fr. Gonsalvi HISPANI, *Quaestiones disputatae et de Quodlibet*. Introdução de León AMOROS, Claras Aquas, Ex Typographia Collegii S. Bonaventurae, 1935, p. XX-XXII.

²⁰ É disso exemplo mais marcante a ausência de matrículas, de obras autógrafas ou o desaparecimento de documentação. Jacques PAQUET, *Les matricules universitaires*, Turnhout, Brépols, 1992, p. 14-50 ; Jacques VERGER, «La mobilité étudiante au Moyen Âge», *Histoire de l'éducation*, 50 (maio 1991), p. 71 ; Saúl António GOMES, «A solidariedade eclesial na promoção de escolares pobres a estudos universitários. O exemplo coimbrão nos séculos XIV e XV», *Universidade (s). História. Memória. Perspectivas*, vol. IV, Coimbra, Comissão organizadora do colóquio «História da Universidade», 1991, p. 199 ; Nathalie GOROCHOV, *Le collège de Navarre de sa fondation (1305) au début du XV^e siècle (1418): histoire de l'institution, de sa vie intellectuelle et de son recrutement*, Paris, H. Champion, 1997, p. 21 e Annie TALAZAC-LANDABURU, *La nation de France au sein de l'université de Paris d'après de livre de ses procureurs, 1443-1456*, Paris, PUF, 1975, p. 11. Estas lacunas, além de todas as vicissitudes do tempo e do cuidado dos Homens, explicam-se por outros factores. O sistema universitário medieval, contendo um grande número de membros, estava dotado de estruturas de enquadramento de carácter flexível, ao contrário, por exemplo, dos cabidos catedrálfcios que constituíam comunidades mais pequenas e mais controladas pelos poderes instituídos, fazendo que os cónegos que as compõem sejam de mais fácil identificação nas fontes medievais. Do mesmo modo, o facto de que as próprias fontes universitárias não recensearem todos os universitários é importante, visto que um mestre detinha mais possibilidades de ser referido do que um simples estudante *ès-arts*, sem esquecer que muitos indivíduos puderam ingressar na Universidade sem nunca aí terem obtido qualquer grau, sendo estes evidentemente mais difíceis de serem mencionados nas fontes.

²¹ Este vocábulo colado aos jovens estudantes ibéricos chegados a Paris e a outras universidades seguia-os ao longo do seu percurso universitário, e mesmo além, como ilustrado

não tinham todos o mesmo valor, não merecendo por isso idênticos graus de confiança. Nessa perspectiva tornou-se primordial proceder a uma divisão dos membros da população, consoante o tipo de fontes de onde a prova da sua inclusão tinha sido recolhida. Assim, a negrito nos quadros fornecidos em anexo, estão elencados os indivíduos identificados a partir de fontes que se podem considerar como «fiáveis». Esta fiabilidade provém do seu carácter oficial, sendo normalmente documentos emitidos pela própria Universidade²² ou pelos grandes poderes soberanos, como o papado ou as administração régia portuguesa. Fontes da prática, o seu interesse provém do facto de dizerem respeito a elites eclesiásticas ou leigas, de onde uma parte era constituída por antigos universitários. Julgámos pertinente também a inclusão de obras científicas medievais, onde se podem descortinar informações biográficas sobre os respectivos autores²³. A segunda categoria compreende o resto das fontes utilizadas,

pelo caso de Pedro Hispano. Nunca será demais lembrar que este epíteto tinha um valor bastante genérico, aplicável ao longo da Idade Média aos habitantes da Península Ibérica, de Portugal. É o sentido que se deve dar a um trecho dos estatutos do colégio espanhol de S. Clemente de Bolonha, reformado após o falecimento do seu fundador o cardeal Albornoz: «*largo sumpto vocabulo, prout continet omnia regna illa a montibus Esperie ultra, et de Hispanis de illis locis ubi ipse dominus habebat ecclesiastica beneficia tunc tempore sue mortis vel habuit temporibus retroactis*». António Domingues de Sousa COSTA, «Estudantes portugueses na reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na Primeira Metade do Século XV», *Arquivo da História da Cultura Portuguesa*, vol. III, 1 (1969), p. 6 e bibliografia citada.

²² Assim, tanto a Universidade de Paris como a de Lisboa-Coimbra têm o seu próprio cartulário, organizado de maneira fictícia, contendo não somente a documentação universitária, mas também documentação administrativa e judicial que se revela de uma extrema importância para abordar a questão do recrutamento. Henri DENIFLE, *Chartularium universitatis Parisiensis, sub auspiciis consilii generalis facultatum Parisiensium ex diversis bibliothecis tabulariisque collegit et cum authenticis chartis contulit Henricus DENIFLE, O. P. Auxiliante Aemilio CHATELAIN*, Paris, Frères Delalain, 1889-1890, em 4 volumes e Artur Moreira de SÁ, *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, Lisboa, Instituto da Alta Cultura, 1966-1985 com 9 volumes sobre o período medieval. Contudo, estas colectâneas não contêm toda a documentação produzida por essas mesmas instituições.

²³ Não sendo de natureza oficial, essas informações emanam geralmente da mão do próprio universitário, o que lhe confere um alto grau de credibilidade. É evidente que os tratados autógrafos medievais representam somente uma pequena parte das obras conhecidas, mesmo que os conhecimentos sobre os mestres de Duzentos provém sobretudo das suas obras e controvérsias doutrinárias. Ephrém LONGPRÉ, O.F.M., *Le B. Jean Duns Scot OFM pour le Saint Siège et contre le Gallicanisme. Paris, 25-28 juin 1303*, Quaracchi, Typ. du College St-Bonaventure, 1930, p. 5.

a partir dos quais os nomes identificados aparecem a itálico nos quadros em anexo. São estas últimas que, de uma forma ou de outra, se revelaram menos fidedignas, como é o caso das crónicas modernas de congregações religiosas ou de dioceses portuguesas, que raramente apoiavam as identificações com provas documentais. Não sendo coevas, não devemos contudo sonégá-las por completo. Mesmo não sendo coevas dos eventos que tratámos, contribuem com uma organização histórica dos factos, dos eventos e das pessoas estudadas, sendo por vezes um repositório de documentos hoje desaparecidos.

Parece-nos que estas premissas se revelam indispensáveis ²⁴ para a exacta compreensão e avaliação dos dados obtidos, que permitiram, em primeiro lugar, afinar a cronologia da permanência portuguesa na Universidade.

A evolução cronológica ²⁵

Os Portugueses nunca deixaram de estudar na Universidade de Paris no decurso do período medieval. O prosseguimento desta *peregrinatio* não se desenrolou de forma linear e constante, dependente que estava de um equilíbrio entre uma peregrinação, por um lado, submetida aos grandes conflitos limitadores do recrutamento internacional da Universidade durante os séculos XIV e primeira metade do XV ²⁶, mas, por outro, sustentada pelo prestígio imaculado da *Alma mater* parisiense. Assim, na primeira parte da sua história, *grosso modo*, até ao fim do século XIII, as escolas e posteriormente o *studium generale* de Paris tornaram-se um dos

²⁴ Por economia, só de maneira indelével abordámos aqui a importante questão dos problemas inerentes à exploração do método prosopográfico, a qual foi feita na dissertação, tendo por base os problemas de delimitação e circunscrição do objecto de estudo, das fontes exploradas, da identificação ligados à onomástica, da «retórica» das fontes narrativas portuguesas e da análise dos dados prosopográficos. M. FARELO, *La peregrinatio academica...*, p. 31-43.

²⁵ Esta secção é baseada nos quadros dados em anexo, para os quais remetemos para suporte das nossas asserções, liberando assim o leitor de uma pesada enumeração de nomes e conjunturas que as exigências académicas tornaram necessárias na dissertação.

²⁶ Jacques VERGER, «Les universités médiévales : intérêt et limites d'une histoire quantitatives. Notes à propos d'une enquête sur les universités du Midi de la France à la fin du Moyen Age» in *Les universités européennes du XVI^e au XVIII^e siècle. Histoire sociale des populations étudiantes*, vol: II, Paris, Éditions de l'É.H.E.S.S., 1989, p. 153 entre outros.

mais prestigiados centros de estudos, que atraíam estudantes de todos os cantos da Cristandade ocidental. Este prestígio estava latente na Península Ibérica, já por volta da segunda metade do séc. XII, época na qual encontramos as primeiras referências seguras sobre o êxodo de estudantes portugueses para as escolas estrangeiras²⁷, e mais particularmente, para Paris²⁸. Entramos assim num novo período, em que um tempo marcado pela

²⁷ Existem algumas cartas de doação deixadas por futuros estudantes nos decénios de 1160 e 1170 onde se exprime a vontade de partir *in Franciam* ou *apud Gallia*, enunciando o processo de envio dos frutos das suas propriedades e ao mesmo tempo as disposições a tomar na eventualidade de sua morte no estrangeiro. Avelino de Jesus da COSTA, «Geórgicas de Virgílio (fragmentos portugueses do século XI)», *separata de Humanitas*, nova série, vols. IV-V (1956), p. 223. O autor cita dois documentos, um de Junho 1173 e o outro de Julho do ano seguinte, cujas cotas actuais são respectivamente IAN/TT, *Cabido da Sé de Coimbra*, primeira incorporação, documentos particulares, rolo I, doc. 44 e *ib.*, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, documentos particulares, maço 9, doc. 2. A estes podemos juntar outro, datado de 1163, onde se dislumbra que um Soeiro Joanes se preparava para ir estudar em França («*In Domini nomine. Noscant omnes homines que has litteras legerint uel audierint quod ego Suarius Johannis causa discendi uolens ire in Franciam...*»). IAN/TT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, documentos particulares, maço 14, doc. 30. É uma constante na documentação a presença das expressões *in Franciam* ou *apud Galia*. O estudo destas expressões foi tentado unicamente, sem grande sucesso, a partir da documentação «francesa e germânica» por Margret LUGGE, «*Gallia*» und «*Francia*» im *Mittelalter. Untersuchungen über den Zusammenhang zwischen geographisch-historischer Terminologie und politischen Denken vom 6.-15. Jahrhundert*, Bonn, Ludwig Röhrcheid Verlag, 1960. Serge Lusignan fez o ponto dos conhecimentos nessa matéria na nova obra que constitui doravante a referência para a história da língua francesa. Serge LUSIGNAN, «Langue française et société du XIII^e au XV^e siècle» in *Nouvelle histoire de la langue française*, edição de Jacques CHAURAND, Paris, Seuil, 1999, p. 91-143. Pouco sabemos dessa utilização ao nível da Península Ibérica. Gostaríamos de conhecer de maneira definitiva se essas expressões eram usadas como sinónimos nos séculos XII e XIII, ou se a menção *in Franciam* designava sobretudo a região mais restrita da bacia parisiense e a menção *apud Galia* se empregava mais para a região meridional. Esta última hipótese surge mais coincidente com a documentação existente sobre o comércio externo medieval de Portugal, que chega a individualizar várias regiões como a Bretanha ou a Normandia. Veja-se M. FARELO, *La peregrinatio academica...*, cap. III.

²⁸ A primeira menção inequívoca da presença portuguesa nas escolas parisienses remonta a 1175, data do testamento do cónego conimbricense e presbítero D. Martinho, que é feito nessa cidade, deixando ao seu Cabido a sua biblioteca composta de dezoito volumes consagrados sobretudo à medicina, astronomia, aritmética e filosofia. *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas)*, edição crítica de Pierre DAVID e Torquato de Sousa SOARES, vol. I, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos, 1947, p. 79 e Francisco da Gama CAEIRO, «As Escolas Capitulares no primeiro século da

deficiência quantitativa das fontes dá lugar a um ambiente favorável à mobilidade estudantil, proporcionado pela elaboração de um quadro estatutário propício no decurso da tomada de consciência, pelas altas chefias diocesanas e régias portuguesas, de que os estudos são benéficos e necessários ao saneamento e ao bom desempenho do clero ²⁹:

No século seguinte, é de perspectivar que essa peregrinação intelectual pôde ter-se ressentido da confrontação entre o clero secular e a realza lusitana, quanto à manutenção, pela segunda, das prerrogativas, da integridade física e patrimonial do primeiro. Essa necessidade de eclesiásticos formados em Direito para melhor afrontar o rei e os seus foi já avançada para explicar nessa época a preferência manifestada pelos escolares portugueses pelos estudos jurídicos em Bolonha em detrimento dos de tipo teológico em Paris ou Oxford ³⁰. Esta era sem dúvida uma realidade do tempo, mas não impeditiva da permanência portuguesa em Paris, cujo recrutamento evidenciado pelas fontes, parece indicar uma maior diversidade ³¹. Contudo, resta saber se essa diversidade foi acompanhada de um incremento no número de efectivos, seguindo a tendência geral verificada para esse período do aumento da frequência da Universidade de Paris por efectivos estrangeiros como ilustrado pelo exemplo das comunidades periféricas escandinavas e húngara ³². Apesar das dúvidas,

Nacionalidade Portuguesa», *Arquivos de Historia da Cultura Portuguesa*, vol. I, 2 (1966), p. 19. Cf. Quadro I onde se pode constar igualmente uma massa de cônegos regrantes cuja presença se imputa ao cronista da Ordem Nicolau de Santa Maria sem qualquer apoio documental de carácter inequívoco.

²⁹ Este argumento repousa sobre as disposições capitulares destinadas à promoção dos estudos de cônegos portugueses, castelhanos e leoneses, bem como na famosa doação de Sancho I aos cônegos regrantes do valor anual de 400 morabitinos para subsidiar aqueles do mosteiro que queriam estudar *in partibus Galliae*. O seu desenvolvimento pode ser colhido em M. FARELO, *La peregrinatio academica...*, p. 47-51.

³⁰ António Resende de OLIVEIRA, «A mobilidade dos Universitários» in *História da Universidade em Portugal*, Vol. I, tomo I: 1290-1536, Coimbra, Universidade de Coimbra-Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 340.

³¹ Cf. Quadro II.

³² Lucien MAURY, «Les étudiants scandinaves à l'Université de Paris (XI-XV^e siècles)», *Annales de l'Université de Paris*, 9 (1934), p. 223-246 e Jacques VERGER, «Les étudiants slaves et hongrois dans les universités occidentales (XIII-XV^e siècle)» in *L'Église et le peuple chrétien dans les pays de l'Europe du Centre-Est et du Nord (XIV-XV^e siècles)*. Actes du colloque organisé par l'École française de Rome avec la participation de l'Instituto polacco di cultura cristana et du CERCOR, Rome, École française de Rome, 1990, p. 89.

torna-se evidente que Portugueses votados a importantes destinos fazem aí a sua aprendizagem das diversas ciências «severas», de que Pedro Hispano constitui o arquétipo absoluto. É neste século igualmente que fazem a sua aparição alguns estudantes regulares, de onde se devem destacar os Cistercienses (necessariamente após 1245)³³ e os Mendicantes, cujas referências limitadas nesta centúria a S. Frei Gil, são definitivamente espelho de lacunas documentais, já que Franciscanos e Dominicanos eram obrigados a enviar estudantes ao *studium* que cada Ordem detinha em Paris³⁴.

É geralmente admitido que os Portugueses desertaram da Universidade de Paris, durante a centúria de Trezentos, em um tempo caracterizado pela História como de crise, tanto político-religiosa, quanto socio-económica. Os universitários lusos teriam então optado por universidades mais próximas do seu reino, tendendo, por um lado, para as universidades peninsulares afim de evitar uma deslocação onerosa, considerando mesmo que no próprio reino funcionava, desde fins de Duzentos, uma universidade. Por outro, deslocando-se para a região meridional francesa, onde a popularidade ganha pelas universidades de Montpellier, Toulouse e Avinhão com a estada do papado nesta última cidade nos três primeiros quartéis da centúria, não deixou de atrair portugueses, desejosos de fazer carreira na máquina burocrática pontifical e de estudar perto do centro de decisões, que constituía nessa altura a cidade avinhonesa. Os dados que conseguimos levantar permitem-nos afirmar que o aumento dessa *peregrinatio* não se fez às custas da extinção do recrutamento lusitano da universidade parisiense³⁵. Este, nesse tempo, seria constituído tanto por mendicantes (nomeadamente franciscanos), como por clérigos seculares³⁶. De entre estes últimos, há que sublinhar a presença, sobretudo durante a primeira parte do

³³ M. FARELO, *La peregrinatio academica...*, p. 57, nota 184.

³⁴ A título de ilustração, no capítulo franciscano de Leão de 15 Setembro 1272 decidiu-se que a custódia portuguesa seria dividida em duas, com a de Coimbra ao norte e a de Lisboa ao sul, tendo estas que partilhar os dois lugares que estavam reservados para os frades que a antiga custódia portuguesa enviava ao convento parisiense. Para um maior desenvolvimento desta questão, ver Fernando Félix LOPES, «Escolas publicas dos Franciscanos em Portugal antes de 1308», *Colectânea de Estudos*, vol. I, 2 (1947), p. 103-104.

³⁵ É provável que a presença portuguesa em Paris, mais efectiva para este período, resulte da contribuição das súplicas enviadas à Cúria Romana pelos portugueses que foram publicadas pelo Pe. António Domingues de Sousa Costa nos quatro volumes vindo a público da *Monumenta Portugaliae Vaticana*.

³⁶ Cf. Quadro III.

século, de um núcleo fixado na parte superior da grande Rua Santiago, juntamente com alguns Espanhóis ³⁷.

É claro que este quadro de continuidade, aqui rapidamente esquisado, ressentiu-se do grande período de crise de finais do século XIV ao fim da primeira metade do século XV, que se abriu, de certo modo, com o Grande Cisma. Esse tempo foi certamente apanágio de uma baixa dos efectivos portugueses em Paris, como se verifica pelos escassos quatro mendicantes presentes nas fontes disponíveis ³⁸. Parcas menções que corroboram um quadro de fuga que levava os universitários lusos a preferir as universidades implantadas em reinos seguidores de Roma, mesmo quando estas estavam situadas bastante longe de Portugal, em terras do Império ³⁹. Uma conjuntura de fuga que prova, no entanto, que todos os urbanistas não se viram forçados a abandonar Paris, e que a presença portuguesa na Universidade parisiense não se esgotou, mesmo se ela era agora mais reduzida que por tempos passados ⁴⁰.

³⁷ Esta observação resulta da análise de documentos produzidos a partir de uma colecta sobre mais de dois terços dos mestres e estudantes não-isentos da Universidade, realizada numa data entre Dezembro 1329 e Março 1330. Nela encontram-se Afonso Dinis e muito possivelmente João Fogaça e Geraldo Fernandes. H. DENIFLE, *Chartularium Universitatis Parisiensis*, II, p. 662-671, doc. 1184. Esta fonte foi a base do recente estudo de William COURTENAY, *Parisian Scholars in the Early Fourteenth Century. A Social Portrait*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

³⁸ São eles os franciscanos André do Prado e Pedro Alvares, bem como os dominicanos Pedro da Cruz Sacra e João Verba. Veja-se o quadro IV em anexo. Essa situação particular aos Mendicantes poder-se-ia explicar pela legislação interna então em vigor que não continha grandes disposições contra os Urbanistas. Ver M. FARELO, *La peregrinatio academica...*, p. 66-67.

³⁹ Temos notícias de um grupo de dominicanos portugueses na Universidade de Colónia, com duas inscrições em 1396 e outra em 1410. As matrículas contêm também a menção de um *Nicolau Portegalie* para 1448 e dos célebres Fernando e Vasco de Lucena para 1450. É de salientar que o caso destes últimos já não se inscreve na problemática do Cisma, mas numa outra, talvez a de fugir à desorganização da Universidade de Paris, onde já estavam inscritos no ano de 1454. *Die Matrikel der Universität Köln*, edição de Hermann KEUSSEN, vol. I, segunda edição, Bonn, Verm. U. Erw. Auflage, 1928, p. 83, 97, 141, 182, 511 e 539. Estas matrículas permitem acompanhar o trajecto de Fr. João de Santa Justa após a sua partida em Dezembro de 1409 de Cambridge, onde estudava desde 1408. Para o seu percurso inglês, cf. P. E. RUSSELL, «Medieval Portuguese Students...», p. 188.

⁴⁰ É uma das conclusões da análise que Mineo Tanaka efectuou sobre os membros na nação anglo-germânica da Universidade de Paris nessa época. Mineo TANAKA, *La nation anglaise-allemande de l'Université de Paris des origines à la fin du Moyen Âge*, Paris, Aux Amateurs de Livres, 1990. Sobre esta questão ver Astrik GABRIEL, «*Via antiqua and via*

Creemos que idêntica situação teria tido lugar no período final da Guerra dos Cem Anos. Temos indícios de que o estado endémico de guerra perpetuado nessa região na primeira metade de Quatrocentos afectou o afluxo de universitários portugueses a Paris, mesmo quando esta cidade esteve sob dominação inglesa, de 1418 a 1436 ⁴¹. Não sendo de facto uma época favorável, podemos aduzir de maneira fidedigna a presença na década de 1420 de estudantes portugueses em Paris, como Rolando Scriptoris ⁴². Tal situação parece ter resvalado nos anos que imediatamente sucederam ao fim do conflito. A conjuntura de relativa tranquilidade de que beneficiava a Universidade do período anglo-borgonhês esfumou-se com a tomada de Paris em 1436 pelos fiéis a Carlos VII, e que teve como uma das consequências uma rápida deterioração das relações entre a Universidade e o Rei. Não sendo aqui o lugar de desenvolver a questão, baste-se sublinhar que a instabilidade foi tanta que paralisou a Universidade durante grande parte da década de 1440 (o que talvez tenha motivado a saída dos Lucenas para Colónia ou de Rolando Scriptoris para a Flandres) ⁴³.

moderna and the Migration of Paris Students and Masters to the German Universities in the Fifteenth Century» in *Antiqui und Moderni: Traditionsbewusstsein u. Fortschrittsbewusstsein im späten Mittelalter*, edição de Albert ZIMMERMANN, Berlin-New York, De Gruyter, 1974, p. 439-483 e Jacques VERGER, «Le recrutement géographique des universités françaises au début du XV^e siècle d'après les suppliques de 1403», *Mélanges d'Archeologie et d'Histoire publiés par l'École Française de Rome. Moyen Âge*, 82 (1970), p. 855-902 e reimpresso em *ib.*, *Les Universités françaises au Moyen Âge*, Leiden-New York-Köln, E.J. Brill, 1995, p. 122-173.

⁴¹ No capítulo geral da Ordem dominicana realizado em Bolonha em 1426, uma das disposições promulgadas era a de que os estudantes da província de Espanha e de Portugal podiam ser enviados à Universidade de Valhadolide em lugar do *studium* de Paris, por causa da guerra que então grassava em França, sem perda de qualquer graça e benefício anteriormente usufruído na casa parisiense. A. SÁ, *CUPo*, III, p. 320-321, doc. 857. Não sabemos se esta disposição teve decisões homólogas nas outras Ordens. Contudo, é de perspectivar que um êxodo estudantil, resultante da guerra nesse período, afectasse sobretudo os estudantes oriundos das nações opostas a Inglaterra. Laurence W. B. BROCKLISS, «The University of Paris and the Maintenance of Catholicism in the British Isles, 1426-1789: a Study in Clerical Recruitment» in *Les universités européennes du XVI^e au XVIII^e siècle. Histoire sociale des populations étudiantes*, II, p. 579.

⁴² A prova inequívoca da sua naturalidade olisiponense a partir de documentação pontifícia justificou um trabalho sobre este personagem, cuja biografia é conhecida sobretudo em França. Armando Alberto MARTINS e Mário Sérgio FARELO, «Servindo os Grandes, a Igreja e a Universidade: o trajecto de Rolando Scriptoris ou de Lisboa, médico português de Quatrocentos» (no prelo)

⁴³ Jacques VERGER, «The University of Paris at the End of the Hundred Years' War», *Universities and Politics. Case Studies from the Late Middle Ages and Early*

Para o restante século XV, após o marasmo e a anarquia vivida na década de 1440, os nossos dados vão de encontro com os fornecidos por Luís de Matos, segundo o qual os efectivos crescem lentamente a partir de meados do século, sendo uma das consequências da estabilidade que a paz trouxe à instituição universitária⁴⁴. Dever-se-ia, no enquanto, introduzir uma pequena precisão a essa última observação, consistindo no facto de esta peregrinação se ter intensificado durante as duas últimas décadas do século, motivado certamente pelo desejo de formar em Paris os futuros teólogos e predicadores encarregados de difundir a Palavra de Deus nos novos mundos que, entretanto, os Portugueses começavam a descobrir. A geração desses *parisiensis* abriu a porta ao estabelecimento de um sistema institucionalizado de bolsas, tendo o seu início nas duas que foram criadas em 1499 no Colégio de Montaigu e o seu apogeu, a partir de 1526-1527, no decorrente das célebres cinquenta bolsas anuais concedidas àqueles desejosos de estudar no Colégio de Santa Bárbara, sob a direcção do famoso Diogo Gouveia, o Velho.

Caracterização social do grupo⁴⁵

O nosso trabalho permitiu igualmente esboçar um quadro social do grupo em que se destaca o facto dos indivíduos em estudo deterem, a maior parte das vezes, razoáveis meios financeiros para subsistir às pesadas despesas exigidas por uma longa estada em Paris. De uma maneira geral, essa clientela pertencia ao mundo clerical, o que não constitui surpresa de maior, porque é sabido que a Universidade de Paris era reputada pelo ensino da teologia, e mesmo do direito canónico, disciplinas que

Modern Period, edição de John W. BALDWIN e Richard A. GOLDTHWAITE, Baltimore-London, The John Hopkins Press, 1972, p. 59.

⁴⁴ Que se poderia aplicar de uma maneira geral a todos os estudantes da Universidade, excepto aqueles oriundos da Escandinávia, que preferiram as universidades mais próximas em terras germânicas. Ver M. FARELO, *La peregrinatio academica...*, p. 72 e bibliografia aí citada.

⁴⁵ Limitamo-nos no quadro desta secção a esboçar muito sucintamente as principais conclusões do estudo do estatuto social dos estudantes portugueses que demandavam Paris. Uma argumentação mais consistente e provida do devido aparato crítico pode ser consultada em M. FARELO, *La peregrinatio academica...*, p. 76-120. Atente-se que nesta secção muito pouco espaço é dado ao período anterior aos estudos. Isto deve-se à parcimónia de informações documentais que impede-nos uma desejada incursão a temas como a inserção social dos indivíduos (locais de origem, filiações) ou intelectuais (estudos pré-universitários, posse de livros, etc.).

faziam parte do *cursus* dos aspirantes a uma carreira eclesiástica. Tratava-se de um grande grupo, no interior do qual se deve distinguir os clérigos seculares e regulares, que não viviam da mesma forma a experiência universitária parisiense.

A aventura parisiense de um estudante secular tinha como ponto de partida a demanda e o assegurar de rendimentos. Esse problema tornava-se menos agudo para o secular rico, porquanto a sua família o poderia suportar financeiramente ou as suas relações sociais facultar-lhe o usufruto de um ou mais benefícios de valor simbólico e económico, como era o caso dos canonicatos prebendados num cabido catedralício ⁴⁶. A situação seria mais complicada para o secular menos beneficiado. Este poderia esperar ir a Paris, de maneira menos pomposa, contando com os rendimentos obtidos de benefícios menos importantes, como um reitorado numa igreja paroquial, ou integrado no séquito de algum universitário mais fornecido. O que parece emergir dos casos que pudemos melhor investigar, é que a grande maioria dos seculares portugueses que foram a Paris o fizeram detendo um ou mais benefícios ⁴⁷. Este aspecto era da mais alta importância, tendo em vista que os graus adquiridos deixam antever a permanência por longos períodos de tempo em Paris, o que seria impossível sem o afluxo de rendimentos suficientes.

Esses graus, que constituíam o início de uma longa estada em Paris, foram obtidos na maior parte das vezes nas disciplinas de direito canónico e de teologia. Aliás, foi mesmo possível constatar a existência de um determinismo entre as disciplinas e o estatuto eclesiástico do universitário. Nessa perspectiva, os clérigos seculares seguiam sobretudo os cursos de direito canónico, enquanto os clérigos regulares privilegiaram quase todos os estudos teológicos. As outras disciplinas foram claramente menos populares, embora haja uma certa tradição nos estudos em medicina ⁴⁸.

⁴⁶ Foi possível aferir a ligação de Simão de Vasconcelos e de D. Luís da Guerra, dois membros da família real, à Universidade de Paris, que demonstra uma estratégia evidente: o rei podia assim confiar o governo eclesiástico de certas instituições vitais para ele a membros da sua família dignos de confiança. José MARQUES, «Os recomendados de D. Luís da Guerra», *separata de Bracara Augusta*, 31 (1977), p. 7.

⁴⁷ M. FARELO, *La peregrinatio academica...*, p. 77-82.

⁴⁸ Além do exemplo do cónego Martinho antes de 1175 (que constitui aliás uma das primeiras menções de estudos médicos nas *scholae* de Paris), dispomos de informações sobre um núcleo de médicos portugueses formados em Paris pelo menos durante o segundo terço do século XIV.

Estas disciplinas e os graus que as sancionavam constituirão excelentes trampolins para o futuro destes universitários. A estada em estudo tornava-se para muitos um prenúncio de sucesso, o qual se media, entre outros, pela qualidade das suas carreiras *post* universitárias. O grande *débouché* era sem dúvida um ingresso na administração diocesana que se coroava, por vezes, num episcopado ou arquiépiscopado. Outros, em número mais restrito, foram senhores de importantes percursos na Cúria pontifical. Estas foram contudo a excepção; visto que a grande maioria dos estudantes realizaram os seus percursos em solo português.

De igual modo, uma passagem na administração régia portuguesa podia ser perspectivado, visto que uma formação parisiense baseada no direito canónico ou na teologia, tornava os universitários candidatos ideais para os cargos eclesiásticos junto do rei, enquanto *clericis regis*. Ao inverso, se esta formação lhes permitia aceder a importantes cargos eclesiásticos, a mesma vedava-os às altas instâncias da administração central, onde uma formação de jurista era *de mise*. Dada a sua formação e o seu conhecimento do estrangeiro, eles constituíam igualmente excelentes embaixadores de que os monarcas não se fizeram rogar em utilizar.

Enquanto letrados e mestres de um saber sancionado muitas vezes por um grau, muitos deles detinham paralelamente importantes responsabilidades professorais. Curiosamente, estas não parecem ter passado – estando eles englobados no sistema benéfico – pelo exercício da instrução dos membros (ou da supervisão da mesma) no seio das instituições que os recebiam (cabidos catedralícios e/ou colegiais)⁴⁹. Previsivelmente, esta actividade afere-se sobretudo no quadro de um ensino universitário. Exceptuando o caso de Pedro Margalho, que foi professor em Valhadolide, Salamanca e Lisboa, esta última onde igualmente leccionou João de Elvas, todos os outros dados disponíveis apontam para o exercício pelos indivíduos em estudo de uma actividade docente em Paris, englobados nos corpos professorais regulares da faculdade de Artes, Medicina, e mesmo de Teologia, nomeadamente no Colégio da Sorbonne⁵⁰. Note-se

⁴⁹ Um único secular aparece-nos como mestre-escola. Trata-se de D. João Peculiar que exerceu essa dignidade no Cabido de Coimbra. N. SANTA MARIA, *Chronica dos Cónegos regulares...*, II, p. 210, 444-445. Visto que a sua permanência em Paris é incerta, não podemos afirmar ou negar peremptoriamente essa relação. Para a lista completa, veja-se M. FARELO, *La peregrinatio academica...*, p. 105, quadro XIII.

⁵⁰ Ver respectivamente Luís Ribeiro SOARES, «O insólito doutoramento de Pedro Margalho em Valhadolide (1517)», p. 93, nota 11 e Francisco Leitão FERREIRA, *Notícias*

ainda a ligação de Paris ao preceptorado régio, com Diogo Lopes Rebelo e o mesmo Pedro Margalho ⁵¹.

Para os trinta e oito mestre e estudantes regulares nativos de Portugal (de que pelo menos dezoito estão dados como certos), a experiência parisiense estava influenciada pela pertença a uma Ordem religiosa. A particularidade desta peregrinação revelava-se desde o tempo da viagem, quando os escolares podiam beneficiar da albergaria nas casas das suas Ordem existentes ao longo do seu périplo, como de outras ajudas exteriores ⁵². Esta pertença a uma estrutura supranacional revestia uma importância capital na própria estada em Paris, que lhes permitiam usufruir de uma conjuntura altamente privilegiada. Numa cidade onde o alojamento era muitas vezes fonte de problemas, os estudante regulares podiam encontrar cama no mosteiro ou no convento da sua Ordem. Sob o ponto de vista escolar, a sua situação era igualmente invejável, visto que podiam beneficiar, na escola da sua casa, de leitores e bacharéis disponíveis para os guiar e aprofundar os conhecimentos teológicos adquiridos anteriormente nos *studia* portugueses da Ordem. Quase todos os regulares portugueses se consagraram aos estudos teológicos, pondo de lado os de medicina e de direito, que, não esqueçamos, eram objecto de interditos conciliares. Essa estada em Paris tinha indubitavelmente uma componente de aperfeiçoamento que terminava pela obtenção de uma licença ou de um mestrado em teologia, o que diz bem da importância e do prestígio que os estudos teológicos tinham em Paris e que não deixariam de recair sobre os regulares que aí se formavam. Isso é particularmente evidente nas suas carreiras após a permanência parisiense, de maneira evidente no caso dos Mendicantes (na suas componentes mais antigas, a saber Franciscanos e Dominicanos), que é aliás a única categoria de regulares para a qual possuímos um número menos insignificante de informações ⁵³.

chronológicas da Universidade de Coimbra, segunda edição organizada por Joaquim de CARVALHO, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1937, vol. I, p. 318, 321. No entanto, para este último não está confirmado a sua estada na Universidade de Paris.

⁵¹ M. FARELO, *La peregrinatio academica...*, p. 105, quadro XIII.

⁵² Jill R. WEBSTER, *Els Monorets. The Franciscan in the Realms of Aragon From St. Francis to the Black Death*, Toronto, Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 1993, p. 85.

⁵³ Ao número exíguo de Cistercienses, Carmelitas presentes na população, junte-se todas as reticências para aceitar a massa de Cónegos regrantes, Trinitários e Lóios, aferida somente a partir de crónicas apologéticas, próprias a cada uma das Ordens. Veja-se os quadros em anexo para as individualidades e M. FARELO, *La peregrinatio academica...*, p. 46, nota 145; p. 47, nota 147; p. 58, nota 188; p. 73, nota 270.

De acordo com os preceitos existentes nestas Ordens em termos de mobilidade e rotatividade, estes universitários (enquanto leitores) asseguravam uma função lectiva em diferentes cidades universitárias da Cristandade Ocidental, de que o paradigma conhecido continua a ser o franciscano lusitano Fr. Tomás de Portugal⁵⁴. Paralelamente, uma via de carreira interessante para estes universitários consistia no serviço na corte portuguesa, onde os cargos ocupados eram dirigidos para a orientação e governo espiritual régio. A esse efeito, foi possível levantar algumas referências de alguns universitários, todos Dominicanos, que ocuparam o cargo de confesores do rei ou de um membro próximo da sua família. Sublinhe-se então quanto a formação obtida nas escolas parisienses poderia condicionar o sucesso da carreira de um antigo estudante.

O que nós pudemos recolher da mobilidade estudantil portuguesa a Paris ilustra bem o prestígio que essa Universidade exercia sobre a elite portuguesa, um prestígio consagrado no século XV pela célebre Carta de Bruges, em que o Infante D. Pedro aconselha seu irmão a proceder à reforma da universidade portuguesa, segundo o modelo das escolas de Paris e de Oxford. Este prestígio⁵⁵, conjuntamente com as carências estruturais da Universidade portuguesa na Idade Média⁵⁶ e o estatuto bem protegido do universitário em Paris⁵⁷, contam-se por entre as razões frequentemente apontadas para explicar esse êxodo. A nossa pesquisa permitiu colocar em evidência a importância das considerações económicas como adjuvante à explicação do fenómeno da *peregrinatio academica* medieval. Esta última – exceptuando o caso dos estudantes regulares – não se poderia fazer sem o contributo de recursos financeiros importantes.

⁵⁴ A. SÁ, *CUPo*, I, p. 299-300, doc. 278.

⁵⁵ Sobre o valor simbólico de Paris, M. FARELO, *La peregrinatio academica...*, p. 117-120

⁵⁶ M. FARELO, *La peregrinatio academica...*, p. 110-113.

⁵⁷ M. FARELO, *La peregrinatio academica...*, p. 113-117. Este definia-se pela pertença do universitário à corporação (*universitas*) universitária que lhe assegurava um conjunto de liberdades, garantias, direitos e privilégios económicos, sociais e jurídicos. Esta pertença permitia-lhe também exonerar-se do estatuto de *aubain*, ou seja de estrangeiro, o que possibilitava a transmissão de seus bens que de outra forma eram confiscados pelos poderes instituídos. Foi uma realidade existente em Portugal, onde o conjunto de privilégios acordados aos estudantes e mestres da universidade lhes permitiam ocupar-se de seus estudos e aprender a sua ciência. Eram estas as razões evocadas por D. Fernando para outorgar a isenção militar aos universitários em Lisboa durante as cortes que, aí se desenrolaram em 1439. Veja-se M. VELOSO, «O quotidiano da Academia» in *História da Universidade em Portugal*, vol. I, tomo I, p. 146.

É certo que este facto por si só não traz à colação nada de novo. Contudo, a importância do aspecto económico como factor de decisão parece comportar um aspecto que tem passado até agora algo despercebido.

O impacto das relações económicas entre Portugal e a Normandia sobre a peregrinação académica portuguesa para a Universidade de Paris na Idade Média⁵⁸

A ideia subjacente a esta problemática reside na necessidade que o estudante desejoso de estudar no estrangeiro sentia de assegurar um transporte regular e com maior segurança para a cidade de estudo dos rendimentos necessários não somente para a sua sobrevivência, mas também para daí retirar os máximos dividendos. Este factor não devia certamente andar alheado do processo de escolha da universidade. Contudo, também não parece conveniente ampliar a importância deste factor, já que esta escolha assentava sobretudo numa disponibilidade financeira, na qualidade e prestígio do ensino ministrado pela instituição universitária escolhida. Tal foi o caso da Universidade de Paris e da respectiva manutenção nessa instituição de uma comunidade portuguesa. Esta perspectiva «económica» consistia num primeiro tempo no transporte eficaz para Paris dos rendimentos que os universitários detinham em Portugal. Em termos precisos – e não sendo exclusivo na medida em que outros meios terrestres (ou mesmo marítimos) podiam ser admitidos e talvez passíveis de análise –, estes podiam contar com o transporte desses rendimentos a partir de um circuito comercial ligando Portugal e a Normandia⁵⁹. A utilização desse

⁵⁸ Esta secção sendo uma das mais originais foi já objecto de uma pequena síntese. Mário FARELO, «Les Portugais à l'Université de Paris au Moyen Âge et l'acheminement de leurs ressources», *Memini. Travaux et documents publiés par la Société des études médiévales du Québec*, 5 (2001), p. 101-129.

⁵⁹ Este circuito não mereceu ainda nenhum estudo exaustivo, o qual deverá partir de Jules THIEURRY, *Le Portugal et la Normandie jusqu'à la fin du XVI^e siècle. Relations. Commerce*, Paris, A. Aubry, 1860; Ernest de FRÉVILLE, *Mémoire sur le commerce maritime de Rouen depuis les temps les plus reculés jusqu'à la fin du XVI^e siècle*, Rouen-Paris, Le Brument-Auguste Durand, 1857. 2 vols; Charles VERLINDEN, «Deux aspects de l'expansion commerciale du Portugal au moyen âge (Harfleur au XIV^e siècle. Middlebourg au XIV^e e XV^e)», *Revista Portuguesa de História*, t. IV, 1 (1949), p. 169-209; Michel MOLLAT, *Le commerce maritime normand à la fin du Moyen Âge*, Paris, Librairie Plon, 1952; Henrique de Gama BARROS, *História da Administração Pública em*

circuito fazia-se de maneira bastante favorável porque os recursos enviados estavam isentos de portagens e de diversas imposições sobre a circulação dos seus bens e mercadorias, em nome dos privilégios detidos enquanto membros da corporação universitária parisiense. Esta protecção cresceu à medida que os mercadores portugueses adquiriram cada vez mais privilégios comerciais e jurídicos a partir dos inícios do século XIV na vila normanda de Harfleur, situada junto ao estuário do Sena. Temos em crer que esta eficácia transformava-se para alguns desses universitários, numa actividade comercial, pela revenda, a preços vantajosos para os mercadores parisienses, de bens e mercadorias que importavam de Portugal a baixo custos.

Este circuito comercial formou-se lentamente no século XIII – de Sul para Norte – beneficiando dos contactos cada vez mais frequentes entre Ibéricos e gentes da Europa do Norte. Estes contactos tiveram como origem as incursões normandas do século XI, a peregrinação a Santiago de Compostela que atraía fiéis de toda a Cristandade, e sobretudo as Cruzadas que tinham como destino a Terra-Santa ⁶⁰. A partir desse quadro, pode dizer-se que existia desde o século XII indícios de relações comerciais entre Portugal e a França, certamente de carácter pontual, sem que saibamos a frequência, os produtos transportados e os portos de chegada. Os Portugueses que atingem então a Flandres e pescam em águas inglesas, forçosamente afluam aos portos do futuro reino francês (La Rochelle, Bordéus, Harfleur). No entanto, é somente a partir de meados de Duzentos que as fontes permitem aduzir provas de relações comerciais cada vez mais regulares com a Normandia ⁶¹. À medida que avançamos para o fim do século, essas relações intensificaram-se, justificando-se a presença portuguesa na Normandia, sobretudo na foz do Sena, em Harfleur. Uma presença que cedo obteve a sua identidade jurídica pelos

Portugal nos séculos XII a XV, segunda edição dirigida por Torquato de Sousa SOARES, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1945-1954, vol. X, p. 281-291; vol. XI, p. 317-319. Uma história sucinta da cidade de Harfleur na Idade Média com bibliografia pode ser recolhida em *Répertoire numérique des archives communales antérieures à 1790. Archives départementales de la Seine-Maritime. Ville d'Harfleur*, redigido por Paul LE CACHEUX e apresentado por François BLANCHET, Rouen, Imprimerie Lecerf, 1947, p. 7-34.

⁶⁰ A. H. de Oliveira MARQUES, *Hansa e Portugal na Idade Média*, segunda edição revista e corrigida, Lisboa, Editorial Presença, 1993, p. 25-41.

⁶¹ *Portugaliae Monumenta Historica*, Vol. I: *Leges et Consuetudines*, apresentação de Alexandre HERCULANO e J. S. Mendes LEAL, Olisipone, Typis Academicis, 1886, p. 192-196.

privilégios acordados por Filipe, o Belo, em 1310, ampliados em Maio e Setembro de 1341 ⁶². Para assegurar a estabilidade das actividades comerciais, o rei francês concede juntamente certos privilégios judiciais, afim de facilitar a resolução de conflitos e assegurar a sua salvaguarda pessoal e das suas mercadorias. Estes privilégios testemunham a importância do comércio dos Ibéricos e dos Portugueses em Harfleur e Ruão que assim «renunciam habilmente a concorrer os Italianos em Champanhe e em Paris» ⁶³. Detentores de um posição chave no estuário do Sena, estes mercadores aproveitam-se paralelamente de uma aberturas sobre Paris, na medida que estes dois aglomerados são importantes intermediários no afluxo de mercadorias à capital a partir do mar. Assim, comunidade importante em Harfleur, ela o será até à conquista inglesa no decurso da guerra dos Cem Anos. Perante essa situação, e sobretudo a partir da tomada de Harfleur em 1415, os mercadores lusitanos preferiram deslocar-se para a Flandres ⁶⁴, não pesando para o efeito a aliança política que desde alguns anos unia os reinos português e inglês ou as confirmações sucessivas dos antigos privilégios da comunidade em 1424 (e possivelmente em 1444). A situação só melhorou consideravelmente a partir do último quarto do século com a estabilização do poder por Luís XI e a sua política anti-inglesa e anti-borgonhesa, que facilitou as trocas com os países ibéricos. Portugal e Espanha ressurgem então como importantes fornecedores de Ruão e Paris.

A existência desde circuito, de que foi necessário relembrar a sua importância e continuidade, constitui unicamente parte da demonstração que visa provar a sua utilização pela população universitária. Uma utilização que os indícios documentais perspectivavam como abusiva, em certos casos, pela prática de uma actividade comercial exercida sobre os bens que esses universitários faziam trazer a Paris.

⁶² Foram igualmente confirmados em 1350, 1362 e 1364. VERLINDEN, «Deux aspects de l'expansion...», p. 169-209 e M. FARELO, *La peregrinatio academica...*, p. 137, nota 505.

⁶³ Jean FAVIER, *Philippe le Bel*, Paris, Fayard, 1978, p. 117.

⁶⁴ *Procès-verbaux des séances du Conseil de Régence du roi Charles VIII pendant les mois d'août 1484 à janvier 1485*, edição de Adhelm BERNIER, Paris, Imprimerie Royale, 1836, p. 22. O registo das companhias francesas no Sena testemunham dessa debilidade visto que os Portugueses não fazem nenhum pedido de companhia durante o período compreendido entre 1449 e 1467. Jean FAVIER, *Le Commerce fluvial dans la région parisienne au XV^e siècle*, vol. I: *Le Registre des compagnies françaises: 1449-1467*, Paris, Imprimerie nationale, 1975.

As Provas

O interesse nesse circuito comercial para os universitários passava em primeiro lugar pela sua posição geográfica, porquanto a cidade de Harfleur constituía uma das vias mais importantes do abastecimento parisiense. Embora favorecesse em primeiro lugar a Normandia, é possível encontrar em filigrana a importância comercial de Paris, importância crescente à medida que aumenta o peso comercial da capital na economia francesa. Era sem dúvida um importante mercado, que beneficiava da mole humana e do poder de compra dos membros da Universidade de Paris que era aliás o único centro de estudos servido por ele.

A esta proximidade geográfica, juntava-se uma conjuntura jurídico-económica favorável aos universitários pela isenção de diferentes tributos fiscais, aquando do transporte de bens e mercadorias, em nome dos privilégios que lhes assegurava o estatuto de universitário e de português. Os membros da corporação dos mestres e estudantes da Universidade de Paris usufruíam de varias isenções fiscais, outorgadas pelo poder pontifical e régio, nomeadamente quanto à salvaguarda real e a livre passagem de suas pessoas e bens, o que facilitava sobremaneira o afluxo dos recursos dos membros universitários⁶⁵. Para os portugueses, esta protecção ao universitário enquanto membro da *universitas*, posta em prática no século XIII, reforçou-se no século seguinte pelo crescimento da comunidade mercantil portuguesa em Harfleur. Os privilégios detidos pelos mercadores – com a particular importância da protecção regia francesa que se estendia mesmo em tempo de guerra entre as nações portuguesa e francesa⁶⁶ – asseguravam de maneira rentável o transporte dos bens e mercadorias dos estudantes na Normandia, bem como do seu desembarque e no armazenamento em Harfleur. Isto quer dizer que todo o percurso desde Portugal até Paris estava mais ou menos «blindado» dos exorbitantes custos que implicava normalmente, nessa época, a deslocação de mercadorias. Uma protecção que até Harfleur estaria a cargo dos privilégios mercantis já citados, passando depois os privilégios universitários a assegurarem a eficácia

⁶⁵ H. DENIFLE, *Chartularium Universitatis Parisiensis*, II, p. 75, 79-80, 105, 113-5, 159, 160, 175, 175. Note-se que os estudantes estrangeiros estavam igualmente autorizados a guardar as moedas estrangeiras que traziam a Paris. *Ib.*, p. 122, doc. 660 e Marie WAXIN, *Statut de l'étudiant étranger dans son développement historique*, Tese de Doutoramento em Direito, Université de Paris, 1939, p. 68-69.

⁶⁶ Esta disposição é essencial pois significa que as trocas comerciais seriam menos afectadas pelas guerras.

do transporte desde Harfleur até Paris, via Ruão. Desta maneira, uma associação entre universitários e mercadores lusos, que as faltas documentais teimam em obscurecer não seria certamente rara ⁶⁷.

Se a documentação da época exarada permite facilmente demonstrar a utilização do circuito pelos estudantes, os factos permanecem escassos para atestar com toda a evidência a tese da relação entre o comércio e os estudos. Temos no entanto de constatar que sérios indícios parecem-no confirmar.

As fontes provam indubitavelmente esta utilização para o século XIII. Em primeiro lugar, um navio designado *La Cardinale*, proveniente de Portugal e transportando uma carga de que parte era destinada à Normandia, é apresado em Setembro de 1225 por um grande navio de guerra inglês vindo da Gasconha ⁶⁸. Este navio, entre outras coisas, transportava o dinheiro (*denarios*) destinado a João, Gomes e seus quatro companheiros, todos estudantes portugueses em Paris, que as suas famílias subsidiavam dessa maneira ⁶⁹. Esta prática pode ser confirmada algumas décadas mais tarde, aquando da contestação de uma medida proteccionista instaurada pelo poder régio português ao seu comércio externo, no contexto bastante conhecido do intenso conflito que opôs o rei ao seu episcopado entre a década de 1260 e o principio da década de 90. Em 1268, os clérigos portugueses pela mão de Pedro Hispano vão habilmente inscrever na sua lista de agravos a denúncia de uma medida que entravava

⁶⁷ Conhecemos um caso preciso. Por volta de 1460, um estudante escocês vindo a Paris encarregou Tiago Celestre, um mercador de Ruão, do envio de Écluse a Paris, por Ruão, dos salmões e pescadas obtidos dos seus benefícios eclesiásticos na Escócia. M. MOLLAT, *Le commerce maritime...*, p. 104.

⁶⁸ Este apresamento inscreve-se no contexto da primeira ruptura das tréguas de Chinon de 1214 entre as realezas francesas e inglesas. A partir de 15 maio 1224 e durante os dois anos seguintes, grande número de navios em relação com a Normandia foram objecto de interceptação por forças inglesas. Alain SADOURNY, «Les marchands normands en Angleterre au lendemain de la conquête de 1204», *Cahiers d'études médiévales* (Université de Rouen), I (1979), p. 135.

⁶⁹ *Rex Ricardo Renger majori Londonnesis, Andrea Bukerel, Willemo Joynier et Rogero de Duc Salutem. Monstraverunt nobis Gomecius et Johannes scolares Parisiensis de Portugalia, pro se et quatuor sociis scolaribus de Portugalia, quod pares et parentes eorum ad sustentacionem eorum denarios eis miserunt in navi de Portugalia que nuper capta fuit per magnam navem nostram in veniendo de partibus Wasconie, unde vobis mandamus quatinus de marcandis que fuerunt in navi predicta et sunt in custodia vestra predictis Gomecio et Johanni ad opus eorum et sociorum predictorum xl. Marcs habere faciatis. T. ut supra». *Rotuli litterarum clausurarum in Turri Londinensi asservati*, edição de Thomas Duffus HARDY, tomo II, London, Public Records Office, 1844, p. 89.*

o envio de dinheiro e de bens aos universitários que estudavam em Paris ou noutra universidade, ou aqueles que permaneciam na Cúria Romana. Esta consistia numa nova dízima pedida à saída dos recursos, que se juntava aquela normalmente recebida à entrada ⁷⁰. O extracto mencionado na nota anterior tem mesmo o condão de nos facultar os traços gerais dessa prática: os universitários enviavam para o lugar de estudo os seus rendimentos, que tinham tido a preocupação de converter em mercadorias, a partir do porto de Lisboa ou de um outro. Estes rendimentos tinham por função pagar as despesas em que eles incorriam no seu sustento, na compra de livros ou outra coisa, no pagamento de dívidas e despesas da viagem. A partir dessa época, os dados que provam essa prática tornam-se mais circunstanciais ⁷¹, podendo no entanto antever que ela continuaria

⁷⁰ Este agravo consiste no sexto artigo da «Concordata» dos Onze artigos de que a sua versão mais conhecida é a confirmação dada no Porto em 24 de Agosto de 1292, acordo originalmente feito em Roma a 6 de Fevereiro de 1289: «*Sextus articulus est: Item quod si aliqua persona ecclesiastica Parisius commorans vel alibi aut etiam in Curia Romana ex causa aliqua pro sua sustentatione vel pro libris emendis aut alijs necessarijs, vel ad contracta olim debita persolvenda ex proprijs proventibus propter monete illius terre utilitatem et cambij difficultatem facit sibi peccuniam de Ulixbona vel ex alijs locis in mercibus per mare transvehi, idem Rex contra consuetudinem cum antecessoribus suis obtentam, et usque nunc cum ipso inviolabiliter observatam, nunc novam servitutum inducens, cogit per se et suos quasi novum pedagium seu portagium inducendo, in elusionem proprii iuramenti et contra ecclesiasticam libertatem huiusmodj personas seu eorum procuratores fideiussoria cautione cavere quod equivalentes merces ad portum refferant, de quibus regi decima persolvatur in reditu, alias non extrahantur a portu vel statim in ipso ingressu de eisdem transvehendis mercibus decima occupatur, quod nunquam ante huiusmodj regis tempora factum fuit, quod scilicet talis exigeretur decima, nisi de mercibus a mercatoribus ad terram illam aliunde tranvectis. Respondent predicti procuratores quod placet Regi quod aurum et argentum et pecuniam, quamvis non tamen Portugalie de regno extrahantur per prelatos et quaslibet personas ecclesiasticas absque alicujus onere vectigali, et promittunt quod ipse Rex hoc in futurum eis permittet ac firmiter observabit, et prelati (com)sentiunt in hoc bona pacis». António Domingues de Sousa COSTA, «Conclíio Provincial de Compostela realizado em 1292, com a participação de Bispos Portugueses, e a data do efectuado no tempo do Arcebispo D. João Arias (no ambiente das concordatas de El-Rei D. Dinis)», *Itinerarium*, ano XXXIII, 29 (Setembro-Dezembro 1987), p. 437. Uma primeira minuta desse artigo foi efectuado em 1267-8 onde se vê que um dos instigadores foi o futuro papa João XXI (que tinha sido estudante e mestre em Paris). Arquivo Distrital de Braga, *Gaveta das notícias várias*, n. 26 publicado por Maria Alegria MARQUES, *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279)*, Dissertação de Doutoramento em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990, vol. II, p. 499-521, doc. 1.*

⁷¹ Ainda na época das concordatas, o mosteiro de Alcobaça obtém do rei em 1294 a isenção de toda imposição sobre o vinho e o sal que os seus monges exportavam no

operativa até princípios de Quatrocentos, quando a via normanda foi substituída durante uma grande parte do século XV pela via flamenga. Para o universitário português em Paris, que utilizava o circuito marítimo para receber os seus recursos, esta via tornou-se primordial a partir do século XVI, quando estes recursos consistiam numa bolsa concedida pelo erário régio lusitano demandada à feitoria de Anvers ⁷².

Para quem recebia desta maneira tão proveitosa os seus rendimentos sobre a forma de mercadorias, e atendendo à própria natureza do Homem no que respeita a considerandos económicos, não poderemos pôr de lado a hipótese da prática de uma actividade comercial pela venda desses mesmos rendimentos. Assim, a utilização abusiva desse circuito torna-se de prova mais árdua, tendo em conta o seu carácter ilícito. Há que sublinhar como primeiro elemento de resposta que os recursos enviados pelos estudantes nas fontes aduzidas consistiam em mercadorias (que o artigo da «Concordata» afirma expressamente que são compradas antes do envio com dinheiro do universitário). Certamente estes recursos mercantis não se absorviam exclusivamente pelo consumo dos próprios interessados, mas destinavam-se a venda ou pagamento de dívidas. Seguidamente, talvez possa constituir indício um diferendo começado em 1380 entre mercadores de Lisboa e de Amiens e Abbeville, onde se descortina a presença de mercadorias de clérigos portugueses não-casados ⁷³. Lembre-se que este estatuto é bastante próximo, senão idêntico, ao da maior parte dos universitários parisienses na Idade Media. *Last, but certainly not least*, atente-se que esta hipótese pode ser confirmada pela existência na mesma época de um comércio universitário de vinho e de cereais em Paris e

reino. IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaça*, Livros Dourados, I, fl. 30 em Manuel SANTOS, *Primeira Parte da Alcobaça Ilustrada, Noticias e historia dos mosteyros...*, Coimbra, Bento Seco Ferreyra, 1750, p. 118. Não sendo certamente a razão principal, é provável que parte dessas mercadorias servissem para pagar a permanência de estudantes do Mosteiro em Paris, cujo encargo recaía sobre o abade do mosteiro do qual o monge era originário. Veja-se sobre esse contexto Caroline OBERT-PIKETTY, «Les maîtres et étudiants du collège Saint-Bernard de Paris de 1224 à 1494», *Positions des thèses de l'École nationale des chartes*, 1986, p. 128-132 e *ib.*, «La promotion des études chez les Cisterciens à travers le recrutement des étudiants du collège Saint-Bernard de Paris au Moyen Âge», *Cîteaux*, 39 (1988), p. 65-77.

⁷² L. MATOS, *Les Portugais...*, p. 14-18, 20-21, 23.

⁷³ Este processo no Parlamento de Paris foi editado por Auguste A. THIERRY, *Recueil des monuments inédits de l'histoire du Tiers-État. Première série. Région du Nord*, vol. I : *Pièces relatives à l'histoire d'Amiens*, Paris, Typographie de Firmin Didot Frères, 1850, p. 718-724, *maxime*, p. 720.

Orleães, posto em evidência por Serge Lusignan a partir de processos no Parlamento de Paris ⁷⁴.

Na hora de «determinar» à boa maneira da prática universitária medieval, retemos do nosso trabalho a certeza de uma presença continuada de escolares portugueses em Paris. Uma comunidade, que, silenciosa quanto à sua exacta expressão numérica, soube aliar a um bom nascimento, a boas redes de sociabilidades ou a uma inteligência sagaz, a frequência de um prestigiado centro de ensino como forma de garantir o sucesso de um percurso pessoal assente no exercício dos conhecimentos adquiridos e no serviço de quem estava pronto a remunerá-los convenientemente por isso. De igual modo, o presente trabalho permitiu uma incursão num dos aspectos mais obscuros da história das universidades medievais, a saber a problemática da subsistência económica dos escolares no estudo. Ele é a descoberta da importância do factor económico no fenómeno da peregrinação intelectual; a descoberta de que a explicação do recrutamento de uma universidade, sobretudo quando se torna necessário analisar a estada de universitários oriundos de reinos longínquos, não deve-se alhear de uma pesquisa sobre as vias comerciais à volta dessa mesma universidade e da ligação quase sempre ignorada pelos historiadores entre o mundo dos mercadores e o dos universitários.

⁷⁴ S. LUSIGNAN, *Vérité garde le Roy...*, p. 114-122. Nesse fundo não se encontram litígios com universitários estrangeiros, pois estes não podiam litigar no Parlamento.

QUADRO I - MENÇÕES DE ESCOLARES PORTUGUESES EM PARIS NO SÉCULO XII

PRESENÇA	NOME DO INDIVÍDUO	ESTATUTO	TIPO DE FONTE
Antes de 1131	<i>D. João Peculiar</i>	Secular	Crónica ⁷⁵
Antes de 1131	<i>Pedro Alfarde, CRSA</i>	Regular	Crónica ⁷⁶
Cerca de 1131?	<i>D. Álvaro de Freitas, CRSA</i>	Regular	Crónica ⁷⁷
Até 1152	<i>D. Paio, CRSA</i>	Regular	Crónica ⁷⁸
Após 1163	<i>Soeiro Joanes</i>	Desconhecido	Carta de doação ⁷⁹
Até 1175	D. Martinho	Secular	Testamento ⁸⁰
Após 1179?	<i>Fr. D. Gonçalo de Lisboa, OSST</i>	Regular	Crónica ⁸¹
av.1184?-1198	<i>D. Paio Galvão, CRSA</i>	Regular	Crónica ⁸²
Pelo menos desde 1184-antes 1193	<i>D. Nicolau, CRSA</i>	Regular	Crónica ⁸³
2ª metade séc. XII	<i>D. Martinho Pais, CRSA</i>	Regular	Crónica ⁸⁴

⁷⁵ Frei Nicolau de Santa MARIA, *Chronica da Ordem dos cónegos regrantes do patriarca S. Agostinho*, Lisboa, Oficina de Manoel Lopes de Ferreyra, 1668, vol. I, p. 176.

⁷⁶ N. MARIA, *Chronica da Ordem dos cónegos...*, II, p. 210.

⁷⁷ N. MARIA, *Chronica da Ordem dos cónegos...*, II, p. 452.

⁷⁸ N. MARIA, *Chronica da Ordem dos cónegos...*, II, p. 465; IAN/TT, *Manuscritos da livraria*, ms. 465 – D. Ignácio de Nossa Senhora da Boa MORTE, *Apologia Crítico-Histórica...*, 1770, fl. 33v.

⁷⁹ IAN/TT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Documentos Particulares, maço. 14, doc. 30.

⁸⁰ *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas)*, edição crítica de Pierre DAVID e de Torquato de Sousa SOARES, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos, 1947, vol. I, p. 79.

⁸¹ Fr. Jerónimo de São JOSÉ, *História da esclarecida Ordem da S. S. Trindade e Redempção de Captivos da província de Portugal*, Lisboa, Oficina de Simao Thaddeo Ferreyra, 1789, I, p. 163.

⁸² Jorge CARDOSO, *Agiólogo Lvsitano dos sanctos e varoens...*, Lisboa, Oficina Craesbeekiana-Oficina de Henrique Valente d'Oliveira, 1652-1744, III, p. 483; N. MARIA, *Chronica da Ordem dos cónegos...*, II, p. 435; IAN/TT, *Manuscritos da livraria*, ms. 317 – D. Ignácio de Nossa Senhora da Boa MORTE, *Diário histórico dos varões illustres que floresceram em letras, virtudes e santidade na Congregação dos Conegos Regulares de Sancta Cruz*, 1786, I, fl. 265.

⁸³ N. MARIA, *Chronica da Ordem dos cónegos...*, II, p. 482.

⁸⁴ N. MARIA, *Chronica da Ordem dos cónegos...*, II, p. 472.

**QUADRO II - MENÇÕES DE ESTUDANTES/MESTRES PORTUGUESES
NA UNIVERSIDADE DE PARIS NO SÉCULO XIII**

PRESEÇA	NOME DO INDIVÍDUO	ESTATUTO	TIPO DE FONTE
Antes de 1205	<i>D. Mendo Dias, CRSA</i>	Regular	Crónica ⁸⁵
Começo do séc. XIII e depois de 1225	São Frei Gil, OP	Secular (1ª vez) Regular (2ª vez)	Vidas de santos ⁸⁶
Antes e depois de 1225	Gomes, João e 4 socii	Desconhecido	Ordenação inglesa ⁸⁷
1ª metade séc. XIII	Pedro Julião	Secular	Bula pontifical ⁸⁸
1ª metade séc. XIII	<i>Mestre João, CRSA?</i>	Regular?	Crónica ⁸⁹
Antes e depois de 1285	Fr. Pedro de Espanha, O. CIST	Regular	Ex-libris ⁹⁰
2ª metade séc. XIII	<i>D. Durando Pais</i>	Secular	Obra ⁹¹
2ª metade séc. XIII	<i>D. Domingos Anes Jardo</i>	Secular	Crónica ⁹²
2ª metade séc. XIII	<i>D. João Martins Soalhães</i>	Secular	Crónica ⁹³

⁸⁵ N. MARIA, *Chronica da Ordem dos cónegos...*, II, p. 58-59.

⁸⁶ Gerardo de FRACHET, *Vitae fratrum ordinis praedicatorum necnon cronica ordinis ab anno 1203 usque ad 1254. Ad finem codicum manuscriptorum accurate recognovit, notis breviter illustravit Fr. Benedictus Maria REICHERT...*, *Accedit praefatio R. P. Fr. J. J. BERTHIER...*, Lovanii, Typis E. Charpentier, 1896, Parte IV, p. 5 e Aires A. NASCIMENTO, *A vida do bem-aventurado Gil de Santarém por Fr. Baltazar de S. João*, Lisboa, Gráfica de Coimbra, 1982, p. 12, nota 20.

⁸⁷ T. HARDY, *Rotuli litterarum clausarum in Turri Londinensi asservati...*, II, Londres, 1844, p. 89 bis; R. FRANCISQUE-MICHEL, *Les Portugais en France. Les Français au Portugal*, Paris, Guillard, Aillaud & C^{ie} Éditeurs, 1882, p. 101.

⁸⁸ Petrus HISPANUS, *Tractatus (Called Afterwards Summulae Logicales)*, primeira edição crítica dos manuscritos com introdução de Lambertus Marie de RIJK, Assen, Van Gorcum & Comp., 1972, p. XXX-XXXI; Manuel António Filipe dos SANTOS, *As Obras filosóficas e teológicas de Pedro Hispano. Estudo Histórico-crítico*. Dissertação de Mestrado em Filosofia Medieval, Universidade de Porto, 1994, p. 40.

⁸⁹ N. MARIA, *Chronica da Ordem dos cónegos...*, II, p. 221 e IAN/TT, *Manuscritos da livraria*, ms. 318 – D. Ignácio de Nossa Senhora da Boa MORTE, *Diário histórico dos varões illustres que floresceram em letras, virtudes e santidade na Congregação dos Cónegos Regulares de Sancta Cruz*, 1786, II, fl. 75v.

⁹⁰ BNL, *Códices alcobacenses*, cod. CCXXV/261; Maur COCHERIL, «Les cisterciens portugais et les études» in *Los Monjes y los estudios. IV Semana de estudios monasticos, Poblet 1961*, Poblet, Abadia de Poblet, 1963, p. 242; Isafas da Rosa PEREIRA, «A "Pecia" em manuscritos universitários – Estudo de três códices alcobacenses dos séculos XIII e XIV», *Anais da Academia Portuguesa de História*, Segunda serie, 22 (1973), p. 245-278.

⁹¹ Moses Bensabat AMZALAK, *D. Durando Pais e o seu comentário ao tratado Da Economia atribuído a Aristóteles*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1955, p. 15-22.

⁹² D. Rodrigo da CUNHA, *História ecclesiástica da Igreja de Lisboa: vida e acções de seus prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florescerão*, Lisboa, Manoel da Sylva, 1642, parte II, fl. 199.

⁹³ R. CUNHA, *História ecclesiástica da Igreja de Lisboa...*, II, fl. 218.

**QUADRO III - MENÇÕES DE ESTUDANTES/MESTRES PORTUGUESES
NA UNIVERSIDADE DE PARIS DO PRINCÍPIO DO SÉCULO
XIV AO FIM DA ESTADA DO PAPADO EM AVINHÃO**

PRESENÇA	NOME DO INDIVÍDUO	ESTATUTO	TIPO DE FONTE
Até 1303	Francisco de Coimbra, OFM	Regular	Rol ⁹⁴
Década de 1310	Pedro Domingues	Secular	Súplica pontifical ⁹⁵
Década de 1310	Rodrigo Domingues	Secular	Súplica pontifical ⁹⁶
Década de 1320 -até 1345	Afonso Dinis	Secular	Registo universitário; Súplica pontifical ⁹⁷
Anos 1330 até depois 1353	João Fogaça	Secular	Súplica pontifical ⁹⁸
Anos 1330? até depois 1363	Geraldo Fernandes	Secular	Súplica pontifical ⁹⁹
Antes de 1345	Fr. Fernando Rodrigues, OFM	Regular	Bula pontifical ¹⁰⁰
Antes de 1345	Fr. João Dias, OFM	Regular	Bula pontifical ¹⁰¹
Antes de 1346	<i>Mestre João Santa Cruz, ESA</i>	Regular	Crónica ¹⁰²
Antes da década de 1360	<i>D. Lourenço Vicente</i>	Secular	Crónica ¹⁰³
Antes e depois de 1362-3	Martinho Domingues Leiria	Secular	Súplicas pontificais ¹⁰⁴
Antes de 1371	Tomás de Portugal, OFM	Regular	Bula pontifical ¹⁰⁵
Antes de 1378	João de Portugal	Secular	Súplica pontifical ¹⁰⁶
Antes e depois de 1378	Afonso Estêvão	Secular	Súplica pontifical ¹⁰⁷
2ª metade séc. XIV	<i>D. Afonso Correia</i>	Secular	Crónica ¹⁰⁸
2ª metade séc. XIV	<i>D. Fr. Sebastião Meneses, OSST</i>	Regular	Crónica ¹⁰⁹
Séc. XIV	Mestre Pedro de Montemor, CIST.	Regular	Ex-libris ¹¹⁰

⁹⁴ Arquivo Nacional de Paris, J. 488, n. 595. Rol de 25.6.1303 intitulado *Catalogue du nom des Cordeliers qui ont adhéré aux appellations interiectées par le Roy Philippe des décrets du pape Boniface et de ceux qui n'ont pas voulu y adhérer* publicado em Fr. E. LONGPRÉ, *Le B. Jean Duns Scot O.F.M. pour le Saint-Siège et contre le gallicanisme*, Quaracchi, Typographie du Collège de St. Bonaventure, 1930, p. 23.

⁹⁵ António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Roma-Porto, Editorial Franciscana, 1968, p. 7, doc. 8.

⁹⁶ *Ib.*, p. 7, doc. 8.

⁹⁷ António Domingues de Sousa COSTA, «Mestre Afonso Dinis, médico e secretário de D. Afonso IV, Professor na Universidade de Paris», *Itinerarium*, vol. III, 15 (Maio-Junho 1957), p. 381. Contudo a sua presença em Paris pode datar dos finais da década de 1310, a julgar pelas datas de entrada no Cabido de Notre-Dame de Paris e da sua intervenção como conselheiro do Parlamento parisiense. Robert GANE, *Le Chapitre de Notre-Dame de Paris au XIV^e siècle. Étude social d' un groupe canonial*, Saint-Étienne, Publications de l' Université de Saint-Étienne, 1999, p. 370.

⁹⁸ A. COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, p. 270, doc. 11; A. SÁ, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, I, p. 205, doc. 194.

QUADRO IV - MENÇÕES DE ESTUDANTES/MESTRES PORTUGUESES NA UNIVERSIDADE DE PARIS DURANTE O GRANDE CISMA

PRESENÇA	NOME DO INDIVÍDUO	ESTATUTO	TIPO DE FONTE
Até 1414	Fr. André do Prado, OFM	Regular	Obra ¹¹¹
Até 1414	Fr. Pedro Alvares, OFM	Regular	Obra ¹¹²
A partir de 1413	Fr. Pedro da Cruz Sacra, OP	Regular	Capítulo geral ¹¹³
A partir de 1413	Fr. João Verba, OP	Regular	Capítulo geral ¹¹⁴

⁹⁹ A. COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, p. 453, doc. 117; A. SÁ, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, I, p. 241-246, doc. 226.

¹⁰⁰ H. DENIFLE, *Chartularium Universitatis Parisiensis*, II, p. 558.

¹⁰¹ *Ib.*, p. 558.

¹⁰² António PURIFICAÇÃO, *De viris illustribus Antiquissimae provinciae Lusitanae Ordinis Eremitarum Sancti Patriarchae Aurelii Augustini Hipponensis Episcopi, & Ecclesiae Doctoris Eximii*, Ulysipponae, Ex Officina Dominici Lopes rosa, 1642, fl. 71.

¹⁰³ J. CARDOSO, *Agiólogo Lusitano...*, III, p. 539 e Rodrigo da CUNHA, *História Ecclesiástica dos Arcebispos de Braga, e dos Sanctos e Varoens illustres que floresceram neste Arcebispado*. Apresentação de José MARQUES, Braga, Barbosa & Xavier, 1989, II, 194 (Fac-similé da primeira edição de Braga, Manoel Cardoso, 1634-1635).

¹⁰⁴ A. COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, I, p. 413-414, doc. 13; p. 416, doc. 18; p. 426, doc. 47.

¹⁰⁵ A. SÁ, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, I, p. 299-300.

¹⁰⁶ A. COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, p. 54, doc. 257.

¹⁰⁷ A. COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II, p. 12, doc. 70 e A. SÁ, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, p. 278, doc. 1435.

¹⁰⁸ J. CARDOSO, *Agiólogo Lusitano...*, III, p. 258; José Osório da Gama e CASTRO, *Diocese e Distrito da Guarda. Série de apontamentos históricos e tradicionaes*, Porto, Typographia Universal, 1902, p. 418; Manuel Pereira da Silva LEAL, *Catálogo dos bispos da Idanha e Guarda*, Lisboa, Offcina de Pascoal da Sylva, [1721-1736], n. XVIII.

¹⁰⁹ IAN/TT, *Manuscritos da Livraria*, mss. 619 – Fr. Manoel SANTA LUZIA, *Epítome Cronológico de Varoens illustres Religiosos Trinitários dignos de eterna memória pelas dignidades a que subirão por seos elevados merecimentos*, 1760, p. 483.

¹¹⁰ BNL, *Códices alcobacenses*, cod. XCIII/2, fl. 57v; M. COCHERIL, «Les cisterciens portugais...» p. 242; Mário MARTINS, *Vida e obra de Frei João Claro. Doctor parisiensis e professor universitário*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1956, p. 11.

¹¹¹ Bibl. Bodleian Oxford, cod. Canon. Script. Eccl. 389 (*Liber Distinctionum ou Spiraculum Francisci Mayronis*), fl. 1b-1va em António Domingues de Sousa COSTA, «Mestre Fr. André do Prado. Desconhecido Escotista Português do Século XV». *Revista Portuguesa de Filosofia*, t. XXIII, 3 (Julho-Setembro 1967), p. 316-317.

¹¹² *Ib.*, p. 316-317.

¹¹³ Frei António do ROSÁRIO, «Letrados dominicanos em Portugal nos séculos XIII-XV», *Repertório de historia de las ciencias eclesiasticas en España*, 7 (1979), p. 589.

¹¹⁴ *Ib.*, p. 589.

**QUADRO V - MENÇÕES DE ESTUDANTES/MESTRES PORTUGUESES
NA UNIVERSIDADE DE PARIS DO FIM DO GRANDE
CISMA AO FIM DO SÉCULO XV**

PRESEÇA	NOME DO INDIVÍDUO	ESTATUTO	TIPO DE FONTE
Até 1303	Francisco de Coimbra, OFM	Regular	Rol
1419-1436/37	Rolando Escritor (Rolando de Lisboa)	Secular	Registo universitário ¹¹⁵
Cerca de 1421-1427	<i>D. Luís da Guerra</i>	Secular	Súplica pontifical ¹¹⁶
Década de 1420	Vasco de Lucena	Desconhecido	Registo universitário ¹¹⁷
Antes da década de 1430	<i>João de Elvas</i>	Secular	Crónica ¹¹⁸
Antes de 1434	<i>Fr. João Moura, OP</i>	Regular	Crónica ¹¹⁹
Antes de 1449	<i>Fr. Pedro Bom, OP</i>	Regular	Crónica ¹²⁰
Até 1453?	Fr. Estêvão de Loulé, OFM	Regular	Súplica pontifical ¹²¹
1449 e 1454-1455	Fernando de Lucena	Secular ou laico	Registo universitário ¹²²
Ao menos 1454-1455	Vasco de Lucena	Secular ou laico	Registo universitário ¹²³
1461-antes de 1480	<i>Manuel de Elvas, CS Ev.</i>	Regular	Crónica ¹²⁴
Antes de 1465	<i>D. João de Azevedo, CS Ev.</i>	Regular	Crónica ¹²⁵
Período entre 1470 e 1495	<i>D. Diogo de Sousa</i>	Secular	Crónica ¹²⁶
Antes de 1478	Fr. Gomes de Lisboa, OFM	Regular	Obra ¹²⁷
1477-1478	Fr. Rodrigo do Crato, OP	Regular	Capítulo geral ¹²⁸
Antes e depois de 1485	Álvaro João	Secular	Registo universitário ¹²⁹
1486-1498	Diogo Lopes Rebelo	Secular	Registo universitário ¹³⁰
Antes de 1487	Fr. Pedro do Espírito Santo, ESA	Regular	Súplica pontifical ¹³¹
Antes e depois de 1488	Tiago Lopes	Secular	Súplica pontifical ¹³²
Cerca de 1488 até depois de 1500	Fr. João Claro, O. CIST.	Regular	Registo universitário ¹³³
Ao menos desde 1489	Simão de Vasconcelos	Secular	Súplica pontifical ¹³⁴
1491 até antes de 1510	Pedro Margalho	Secular	Obras ¹³⁵
c. 1492 a 1557	Diogo de Gouveia	Secular	Registo universitário ¹³⁶
Após 1492	Fr. Afonso Gomes, OFM	Regular	Súplica pontifical ¹³⁷
Após 1492	<i>Fr. Pedro de São Jorge, CS Ev.</i>	Regular	Crónica ¹³⁸
Anos 1490	Fr. Anselmo Hispano, OP	Regular	Súplica pontifical ¹³⁹
Anos 1490	D. Diogo Ortís	Secular	Carta ¹⁴⁰
Séc. XV	<i>Fr. Pedro de Abreu, OP</i>	Regular	Crónica ¹⁴¹
2ª metade séc. XV	<i>Fr. João Sobrinho, O CARM</i>	Regular	Obra ¹⁴²
2ª metade séc. XV	<i>Fr. Álvaro Dias, OP</i>	Regular	Crónica ¹⁴³
2ª metade séc. XV	<i>João de São Vicente, CS Ev.</i>	Regular	Crónica ¹⁴⁴
2ª metade séc. XV	<i>João Fernandes</i>	Secular	Crónica ¹⁴⁵

¹¹⁵ A. COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, IV, p. 294-295, doc. 1221; A. SÁ, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, III, p. 359, doc. 894.

- ¹¹⁶ A. COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, III/2, p. 362, doc. 517.
- ¹¹⁷ H. DENIFLE, *Chartularium Universitatis Parisiensis*, IV, p. 484, doc. 2329; L. MATOS, *Les Portugais à l'Université...*, p. 5, nota 3.
- ¹¹⁸ Frei Francisco SANTA MARIA, *O Ceo aberto na Terra. História das sagradas congregações dos Cónegos Seculares de S. Jorge em Alga de Venesa & de S. João Evangelista no Reyno de Portugal*, Lisboa, Officina de Manoel Lopes de Ferreyra, 1697, II, p. 903 e Diogo Barbosa MACHADO, *Bibliotheca lusitana...*, III, p. 247.
- ¹¹⁹ Frei Luís de SOUSA, *História de S. Domingos...*, III, p. 293 e 296; A. ROSÁRIO, «Letrados dominicanos...», p. 576.
- ¹²⁰ L. SOUSA, *História de S. Domingos...*, III, p. 259; A. ROSÁRIO, «Letrados dominicanos...», p. 588.
- ¹²¹ António Joaquim Dias DINIS, *Monumenta Henricina*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1971, XII, p. 313-314; A. SÁ, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, VI, p. 32, doc. 1809.
- ¹²² Henri DENIFLE e Emile CHATELAIN, *Auctarium Chartularii Universitatis parisiensis. Tomus V: Liber procuratorum nationis gallicanae (Franciae) ab anno MCCCCXLIII ad annum MCCCCLVI*. Edição de Charles SAMARAN e Emile A. Van MOË, Paris, Delalain Frères, 1942, V, p. 299 e 603.
- ¹²³ *Ib.*, p. 603.
- ¹²⁴ F. SANTA MARIA, *O Ceo aberto na Terra...*, II, p. 905.
- ¹²⁵ F. SANTA MARIA, *O Céu aberto na terra, ...*, II, p. 866.
- ¹²⁶ R. CUNHA, *História Ecclesiástica dos Arcebispos de Braga*, II, col. 288a, nota 2; José Augusto FERREIRA, *Fastos episcopais da Igreja Primacial de Braga (séculos III-XX)*, Braga, Mitra Bracarense, 1928, II, p. 366.
- ¹²⁷ *Annotationes sex mille et octingentae ad Summam de casibus conscentiae Fr. Artesani Astensis, ofm*. Venice, 1478, prefácio; L. MATOS, *Les Portugais...*, p. 6, nota 4
- ¹²⁸ A. ROSÁRIO, «Letrados dominicanos...», p. 593-594.
- ¹²⁹ Marcel FOURNIER e Léon DOREZ, *La Faculté de Décret de l'Université de Paris au XV^e siècle*, Paris, Imprimeries Nationales, 1942, III, p. 104 e 113 ; L. MATOS, *Les Portugais...*, p. 5.
- ¹³⁰ Biblioteca Nacional de Paris, mss. lat. 15440, p. 51; 5657A, fl.30; 15446, p. 353; LAUNOY, *Regii navarrae gymnasii parisiensis historia in opera omnia*, Tomo IV, Pars I, Parisiis, Apud E. Martini, 1677, p. 219; *ib.*, *Academia Parisiensis Illustrata*, II, Parisiis, Apud E. Martini & J. Boudot, 1682, p. 598-599; L. MATOS, *Les Portugais...*, p. 6, nota 4.
- ¹³¹ A. SÁ, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, VIII, p. 273, doc. 3222.
- ¹³² A. SÁ, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, VIII, p. 324, doc. 3281.
- ¹³³ Biblioteca Nacional de Paris, mss. Lat. 15440, p. 53, 5657A, fl. 30v; 15446, p. 228; L. MATOS, *Les Portugais à l'Université...*, p. 10.
- ¹³⁴ A. SÁ, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, VIII, p. 361, n. 33321.
- ¹³⁵ Luís Ribeiro SOARES, «O insólito doutoramento de Pedro Margalho em Valhadolide (1517)», *Anais da Academia Portuguesa de História*, segunda série, 25 (1979), p. 102-106.
- ¹³⁶ Biblioteca Nacional de Paris, mss. lat. 15440, p. 53; 5657A, fl. 30v; 15446, p. 228; L. MATOS, *Les Portugais...*, p. 10-11.
- ¹³⁷ A. SÁ, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IX, p. 67, doc. 3462; p. 102-104, doc. 3507; António Domingues de Sousa COSTA, «Estudos superiores e universitários em Portugal no reinado de D. João II», *Biblos*, vol. LXIII, 1987, p. 284.
- ¹³⁸ F. SANTA MARIA, *O Ceo aberto na Terra...*, p. 523; D. MACHADO, *Bibliotheca lusitana...*, III, p. 586.

¹³⁹ A. SÁ, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, IX, p. 271, doc. 3701.

¹⁴⁰ Mário BRANDÃO, *O processo na inquisição de mestre João da Costa*, Coimbra, Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra, 1944, I, p. 347.

¹⁴¹ L. SOUSA, *História de S. Domingos...*, III, p. 259.

¹⁴² Frederico Francisco de la FIGANIÈRE, *Catálogo dos manuscritos portugueses existentes no museu britânico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853, p. 24; L. MATOS, *Les Portugais...*, p. 6, note 4.

¹⁴³ L. SOUSA, *História de S. Domingos...*, II, p. 228.

¹⁴⁴ F. SANTA MARIA, *O Céu aberto na terra ...*, II, p. 882.

¹⁴⁵ *Ib.*, p. 833.